



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLV - Nº 081

QUARTA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 1990

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA OFERECIDA, PERANTE A COMISSÃO MISTA, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 261, DE 8 DE NOVEMBRO DE 1990,

Que "dá nova redação ao art. 11 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990".

Congressista	Emenda nº
Deputado Jofran Frejat	1

O parágrafo 3º, item a, passará a ter a seguinte redação:

a) aos servidores em exercício na Sucam, não optantes pelo quadro da Fundação Nacional de Saúde no prazo de 90 dias da data de sua instituição, será facultado a permanência no mesmo regime jurídico em que se encontram atualmente, considerando-se os respectivos cargos em extinção tão logo se verifique vago em decorrência da aposentadoria ou demissões.

Justificação

Cerca de 4 mil servidores dos quase 40 mil que compõe o quadro da Sucam são estatutários, isto é, servidores a maioria com mais de 20 anos de serviço, regidos pela Lei nº 1.711, Estatuto dos servidores Cíveis da União. Apesar de se encontrar em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei do Regime Único dos Servidores Cíveis, a permanência do citado dispositivo penaliza os 10% dos servidores da Sucam em seus direitos e vantagens

principalmente aposentadoria, justamente naquilo que a proposta do Projeto em votação pretende corrigir.

Ora, não é justo que se coloque os atuais ocupantes do quadro permanente da Sucam, regidos pela Lei nº 1.711, em situação que os obriguem a optar por um regime diferente daquele em que se encontram, contra o dispositivo legal de serem colocados em disponibilidade conforme oferece o art. 28 da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990.

Colocando-se os referidos servidores em um quadro em extinção, além de não acarretar despesa maior aos cofres da União far-se-á justiça aos inúmeros servidores que têm doado parte de suas vidas funcionais ao desgastante e ingente esforço da Saúde Pública Nacional.

EMENDAS OFERECIDAS

Perante a Comissão Mista, à Medida Provisória nº 263, de 9 de novembro de 1990, que "dá nova redação ao § 3º do art. 8º da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990".

Congressista	Emendas
Deputado Francisco Dornelles	1,2

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Conversão decorrente da Medida Provisória nº 263, de 9 de novembro de 1990, a seguinte redação:

Art. 1º O § 3º do art. 8º da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação revogado o seu § 4º:

§ 3º Para atender a execução da Política de Apoio às Microempresas e às Pequenas Empresas, as entidades de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.318, de 30 de dezembro de 1986, deverão aplicar, pelo menos, três décimos por cento das respectivas receitas em despesas compatíveis com suas finalidades mediante transferência dos recursos ao Cebrae, por intermédio de convênio.

Justificação

O objetivo da presente emenda é assegurar recursos ao Cebrae sem contrariar o disposto no art. 149 da Constituição. A criação de adicional à contribuição de interesse de categorias econômicas - comércio, indústria e agricultura - com a aplicação dos recursos vinculada a Política de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, consideradas de forma autônoma em relação àquelas categorias econômicas

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Conversão decorrente da Medida Provisória nº 263, de 9 de novembro de 1990, a seguinte redação:

"Art. 1º Os §§ 3º e 4º do art. 8º da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º.....

§ 3º Para atender a execução da Política de Apoio às Micro-

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200-exemplares.

empresas e às Pequenas Empresas, é instituído adicional às contribuições relativas às entidades de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.318, de 30 de dezembro, de:

a) um décimo por cento no exercício de 1991;

b) dois décimos por cento no exercício de 1992; e

c) dois décimos por cento no exercício de 1993.

§ 4º O adicional da contribuição a que se refere o parágrafo anterior será arrecadado e repassado mensalmente pelo órgão competente da Previdência e Assistência Social ao Cebrae, que aplicará os recursos correspondentes de acordo com as dotações constan-

tes no Orçamento Fiscal da União."

Justificação

O objetivo da presente emenda é assegurar a apreciação pelo Congresso Nacional das despesas a serem realizadas com os recursos transferidos à Cebrae, órgão autônomo da Administração Pública Federal.

**EMENDAS APRESENTADAS, PERANTE
A COMISSÃO MISTA,
À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265,
DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990,**

que "Estabelece regras para a livre negociação de reajuste das mensalidades escolares, e dá outras providências".

Parlamentares	Emendas nos
Dep. Agripino de Oliveira Lima Filho	5, 23, 24, 52, 59, 87, 93, 94, 101, 102, 103, 108, 109.
Dep. Amaral Netto	117.
Dep. Antônio Carlos Mendes Thame	31, 39, 49, 69, 76.
Sen. Antônio Luiz Maia	6.
Dep. Arnaldo Prieto	17, 51, 89, 95, 96, 104, 111.
Dep. Cândido Mendes	23, 33, 118.
Sen. Carlos Patrocínio	112.
Dep. César Maia	119.
Dep. Gastone Righi	60.
Dep. Gumerindo Milhomem	37, 64, 105.
Dep. Hélio Rosas	1, 7, 8, 9, 28, 34, 40, 45, 56, 65, 70, 79, 82, 91, 98, 116.
Dep. Nelton Friedrich	63.
Dep. Paes Landim	21, 22, 74.
Dep. Ricardo Izar	2, 10, 11, 12, 27, 29, 35, 41, 46, 50, 53, 61, 66, 71, 80, 84, 90, 99, 115.
Dep. Robson Marinho	3, 13, 14, 15, 30, 36, 43, 47, 57, 67, 72, 78, 83, 92, 114.
Dep. Samir Achôa	4, 18, 19, 20, 32, 38, 44, 48, 58, 68, 73, 77, 81, 88, 97, 100, 110.
Dep. Sandra Cavalcanti	16, 26, 42, 54, 55, 62, 75, 85, 86, 106, 107, 113.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 1	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO HELIO ROSAS			
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	PÁGINA
21.11.90	1º		01/01

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Para o ano de 1990, a livre negociação de reajuste das mensalidades escolares das instituições privadas de ensino de primeiro, segundo e terceiro graus, bem assim das pré-escolas, reger-se-á pelo disposto nesta lei.

JUSTIFICATIVA

Considerando-se que foi proposta, para 1991, uma nova sistemática baseada no artigo 209 da Carta Magna, constante de emenda aditiva por nós sugerida, é necessário deixar claro que o processo da livre negociação somente é válido para 1990.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 4	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO SAMIR ACHÓA		301	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	PÁGINA
21/11/90	1º		01/01

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Para o ano de 1990, a livre negociação de reajuste das mensalidades escolares das instituições privadas de ensino de primeiro, segundo e terceiro graus, bem assim das pré-escolas, reger-se-á pelo disposto nesta lei.

JUSTIFICATIVA

Considerando-se que foi proposta, para 1991, uma nova sistemática baseada no artigo 209 da Carta Magna, constante de emenda aditiva por nós sugerida, é necessário deixar claro que o processo da livre negociação somente é válido para 1990.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 2	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Dep. Ricardo Gar		360	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	PÁGINA
21.11.90	1º		01/01

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Para o ano de 1990, a livre negociação de reajuste das mensalidades escolares das instituições privadas de ensino de primeiro, segundo e terceiro graus, bem assim das pré-escolas, reger-se-á pelo disposto nesta lei.

JUSTIFICATIVA

Considerando-se que foi proposta, para 1991, uma nova sistemática baseada no artigo 209 da Carta Magna, constante de emenda aditiva por nós sugerida, é necessário deixar claro que o processo da livre negociação somente é válido para 1990.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 5	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado Agripino de Oliveira Lima Filho			
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	PÁGINA
21/11/90	1º		01/01

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Para o ano de 1990, a livre negociação de reajuste das mensalidades escolares das instituições privadas de ensino de primeiro, segundo e terceiro graus, bem assim das pré-escolas, reger-se-á pelo disposto nesta lei.

JUSTIFICATIVA

Considerando-se que foi proposta, para 1991, uma nova sistemática baseada no artigo 209 da Carta Magna, constante de emenda aditiva por nós sugerida, é necessário deixar claro que o processo da livre negociação somente é válido para 1990.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 3	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado ROBSON MARINHO		363	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	PÁGINA
22.11.90	1º		01/01

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Para o ano de 1990, a livre negociação de reajuste das mensalidades escolares das instituições privadas de ensino de primeiro, segundo e terceiro graus, bem assim das pré-escolas, reger-se-á pelo disposto nesta lei.

JUSTIFICATIVA

Considerando-se que foi proposta, para 1991, uma nova sistemática baseada no artigo 209 da Carta Magna, constante de emenda aditiva por nós sugerida, é necessário deixar claro que o processo da livre negociação somente é válido para 1990.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 6	
nº 265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Senador ANTÔNIO LUIZ MAYA			
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	PÁGINA
19 / 11 / 90	1º	1º, 2º e 3º	1/1

Emenda Aditiva à Medida Provisória 265, de 14 de novembro de 1990.

ARTIGO 1º

Inclua-se, onde couber, a seguinte Emenda Aditiva:

"Art. - A partir do ano de 1991, inclusive, cabe à entidade mantenedora de ensino fixar, no prazo de 30 (trinta) dias que antecede a efetiva matrícula, os valores dos encargos educacionais, os critérios de reajustes e de atualização monetária pelo período abrangente da matrícula.

§ 1º - Estes valores, critérios, bem como a proposta educacional do estabelecimento e de suas atividades extra-curriculares deverão ser expressos em contrato escrito e devidamente assinado pelas partes interessadas.

§ 2º - Não serão admitidas, no período abrangente da matrícula, fixação de valores e critérios que contrariem o fixado na forma do parágrafo anterior.

§ 3º - Fazem parte integrante do contrato e não modificáveis entre as partes, as condições estabelecidas pelo Poder Público, quanto ao controle da qualidade do ensino".

JUSTIFICACÃO

A disposição discriminativa do artigo 209 da Constituição Federal excluiu a interferência do Poder Público na matéria referente a encargos educacionais e é indispensável que a liberdade dela decorrente seja transparente e não prejudique a comunidade escolar, bem como o resguardo da tutela da qualidade do ensino reservada constitucionalmente ao Poder Público.

MEDIDA PROVISÓRIA		265, de 14 de novembro de 1990		EMENDA Nº 7	
AUTOR				COMISSÃO	
DEPUTADO HELIO ROSAS					
DATA		ARTIGO		PARÁGRAFO	
21.11.90		1º			
		INCISO		ALÍNEA	
				01/03	
TEXTO					

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

Incluir o seguinte artigo 1º renumerando-se adequadamente os demais artigos.

- "Art. 1º A partir do ano de 1991, inclusive, cabe aos estabelecimentos de ensino de pré-escola, 1º, 2º e 3º Graus fixar os valores iniciais dos encargos educacionais, devendo comunicá-los aos pais ou alunos com antecedência de no mínimo 60 (sessenta) dias da efetivação da matrícula. Estes valores iniciais estão sujeitos a homologação pelos Conselhos de Educação a que se encontra jurisdicionada a instituição de ensino.
- § 2º A instituição de ensino fica obrigada a requerer a homologação dos valores iniciais aos Conselhos de Educação na data da fixação e divulgação dos referidos valores.
- § 3º Da decisão dos Conselhos Estaduais de Educação e do Distrito Federal caberá recurso ao Conselho Federal de Educação no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- § 4º Caso os valores homologados sejam inferiores aos fixados e praticados pela instituição de ensino, esta ficará obrigada a devolver as diferenças no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da decisão, devidamente corrigidas"

JUSTIFICATIVA

O artigo 209 da Constituição diz que o ensino é "livre à iniciativa privada". A intenção do Constituinte foi clara. Fornecer educação é dever do Estado. No entanto, como convém em um regime democrático, a produção e transmissão do saber não são monopólio dele. Qualquer entidade criada por particulares, seja lucrativa ou não, tem o direito de atuar na área. Este direito não é atribuído pelo Governo, mas decorre da própria Constituição. Daí a diferença entre a educação privada e o serviço de transporte coletivo, por exemplo. Para explorar o serviço de transporte de passageiros, uma empresa necessita de concessão do Estado, que pode não outorgá-la. Para montar uma escola particular, basta uma autorização, à qual tem direito toda entidade que atenda as normas gerais da educação nacional.

A educação, quando prestada por particulares, é uma atividade privada. Como tal, deve sobreviver com seus próprios recursos. Aliás, a Constituição adequadamente proíbe que o Estado destine recursos públicos a escolas particulares, como a demonstrar que

qualquer brasileiro, embora tenha direito ao ensino público, pode preferir o ensino privado, desde que arque com o custo dele.

Assim, a manutenção de uma escola particular depende das mensalidades que cobra. Como é óbvio, a receita deve ser suficiente para cobrir os custos. Se um aluno não pode pagar o preço do serviço prestado por uma escola, deve procurar outra ou o ensino público, que é gratuito. Não pode, porém, impedir que a escola cobre o necessário para o cumprimento de suas obrigações trabalhistas, fiscais ou comerciais.

As escolas têm o direito - decorrente do princípio Constitucional da livre iniciativa - de cobrar o suficiente para a manutenção de seus serviços e para a remuneração do capital e do trabalho aplicados. Em consequência, a elas pertence o direito de fixar os seus preços. O governo pode, apenas, fiscalizar esta fixação, de modo a evitar eventuais abusos do poder econômico. Não pode no entanto, tomar a si esta tarefa ou atribuí-la aos clientes do estabelecimento. Afinal, nem o Governo, nem os alunos, são os responsáveis pelo cumprimento das obrigações da escola.

Assim, para que o Congresso Nacional e o Governo não sejam acusados de não evitar eventuais abusos sugere-se que os Conselhos de Educação sejam os órgãos fiscalizadores e homologatórios dos valores dos encargos educacionais considerando que:

- cabe aos Conselhos de Educação a fixação das normas sobre autorização e reconhecimento de cursos em quaisquer graus, a avaliação da qualidade do ensino oferecido e até sugerir aos órgãos competentes a cassação da autorização de funcionamento;
- os Conselhos são colegiados formados por educadores de notório saber e que representam as mais variadas instituições e tendências educacionais;
- as sessões dos Conselhos de Educação são públicas e suas decisões são tomadas pela maioria dos seus membros;
- os Conselhos conhecem a realidade de seus Estados e Municípios.

MEDIDA PROVISÓRIA		265, de 14 de novembro de 1990		EMENDA Nº 8	
AUTOR				COMISSÃO	
DEPUTADO HELIO ROSAS					
DATA		ARTIGO		PARÁGRAFO	
21.11.90		1º			
		INCISO		ALÍNEA	
				01/03	
TEXTO					

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

- "ART 1º - A partir do ano de 1991, inclusive, cabe aos estabelecimentos de ensino de pré-escola, 1º, 2º e 3º Graus fixar os valores iniciais dos encargos educacionais, devendo comunicá-los aos pais ou alunos, com antecedência de no mínimo 60 (sessenta) dias da efetivação da matrícula.
- § 1º - Estes valores iniciais estão sujeitos à homologação pelos Conselhos de Educação a que se encontra jurisdicionada a instituição de ensino ou através do processo da livre negociação regulamentado nesta lei.
- § 2º - A instituição de ensino fica obrigada a requerer a homologação dos valores iniciais aos Conselhos de Educação ou iniciar o processo da livre negociação na data da fixação e divulgação dos referidos valores.
- § 3º - Da decisão dos Conselhos Estaduais de Educação e do Distrito Federal caberá recurso ao Conselho Federal de Educação no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- § 4º - Caso os valores homologados sejam inferiores aos fixados e praticados pela instituição de ensino, esta ficará obrigada a devolver as diferenças no

no entanto, tomar a si esta tarefa ou atribuí-la aos clientes do estabelecimento. Afinal, nem o Governo, nem os alunos, são os responsáveis pelo cumprimento das obrigações da escola.

Assim, para que o Congresso Nacional e o Governo não sejam acusados de não evitar eventuais abusos sugere-se que os Conselhos de Educação sejam os órgãos fiscalizadores e homologatórios dos valores dos encargos educacionais considerando que:

- cabe aos Conselhos de Educação a fixação das normas sobre autorização e reconhecimento de cursos em quaisquer graus, a avaliação da qualidade do ensino oferecido e até sugerir aos órgãos competentes a cassação da autorização de funcionamento;

- os Conselhos são colegiados formados por educadores de notório saber e que representam as mais variadas instituições e tendências educacionais;

- as sessões dos Conselhos de Educação são públicas e suas decisões são tomadas pela maioria dos seus membros;

- os Conselhos conhecem a realidade de seus Estados e Municípios.

§ 1º - Estes valores iniciais estão sujeitos à homologação pelos Conselhos de Educação a que se encontra jurisdicionada a instituição de ensino ou através do processo da livre negociação regulamentado nesta lei.

§ 2º - A instituição de ensino fica obrigada a requerer a homologação dos valores iniciais aos Conselhos de Educação ou iniciar o processo da livre negociação na data da fixação e divulgação dos referidos valores.

§ 3º - Da decisão dos Conselhos Estaduais de Educação e do Distrito Federal caberá recurso ao Conselho Federal de Educação no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

§ 4º - Caso os valores homologados sejam inferiores aos fixados e praticados pela instituição de ensino, esta ficará obrigada a devolver as diferenças no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da decisão, devidamente corrigidas.

JUSTIFICATIVA

No que se refere ao mérito da proposta de livre negociação, temos de ponderar que, a par de seu inegável esforço para criar as condições de um entendimento entre as partes, fazem do com que alunos e pais de alunos se tornem co-participes e não apenas contrapartes de um processo de negociação, baseado no diálogo, na transparência e em relações amistosas, ela parece ter se excedido nesse zelo pela coisa pública em que o coletivo prevalece sobre o individual, sobre o privado e o particular.

Os abusos ou os mercantilismos desarrastados, não se corrigem com o descumprimento à norma constitucional que, em matéria de educação, de um lado obriga o poder público a investir na escola pública, dotando-a de um padrão de qualidade capaz de competir com suas congêneres privadas e, de outro, que as escolas particulares cumpram o que preceitua o art. 209 da Carta Magna.

Isto posto, julgamos que com a nova redação dada ao artº 1º, a par de estimularmos o processo da livre negociação não foi descumprido o artº 209 da Constituição Federal.

Quanto aos abusos, temos convicção de que os Conselhos de Educação poderão evitá-los considerando que:

- cabe aos Conselhos de Educação a fixação das normas sobre autorização e reconhecimento de cursos em quaisquer graus, a avaliação da qualidade do ensino oferecido e até sugerir aos órgãos competentes a cassação da autorização de funcionamento;

- os Conselhos são colegiados formados por educadores de notório saber e que representam as mais variadas instituições e tendências educacionais;

- as sessões dos Conselhos de Educação são públicas e suas decisões são tomadas pela maioria dos seus membros;

- os Conselhos conhecem a realidade de seus Estados e Municípios.

Julgamos mais adequado que os Conselhos de Educação sejam os órgãos recursais por serem mais democráticos e descentralizadas suas decisões.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 11	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		COMISSÃO	
Dep. Ricardo Izar		360	
DATA		PÁGINA	
21.11.90		01/01	
ARTIGO		PARÁGRAFO	
1º		1º, 1º, 1º	

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990

Incluir o seguinte artigo 1º renumerando-se adequadamente os demais artigos.

Art. 1º - A partir do ano de 1991, inclusive, cabe aos estabelecimentos de ensino de pré-escola, 1º, 2º e 3º graus, fixar os valores iniciais dos encargos educacionais, devendo comunicá-los aos pais ou alunos com antecedência de no mínimo 60 (sessenta) dias da efetivação da matrícula.

§ 1º - A instituição de ensino fica obrigada a submeter-se ao processo da livre negociação regulamentado nesta Lei, visando à fixação dos valores iniciais dos encargos educacionais, para um determinado período letivo.

§ 2º - Estes valores iniciais estão sujeitos à homologação pelos Conselhos de Educação a que se encontra jurisdicionada a instituição de ensino conforme o disposto nesta lei.

§ 3º - Caso os valores homologados sejam inferiores aos fixados e praticados pela instituição de ensino, esta ficará obrigada a devolver as diferenças no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da decisão, devidamente corrigidas.

JUSTIFICATIVA

Com esta nova redação, além de se preservar o exercício da livre negociação, é respeitado o que dispõe o artigo 209 da Carta Magna.

Sugerimos também que os Conselhos de Educação sejam os órgãos homologatórios.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 12	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		COMISSÃO	
Dep. Ricardo Izar		360	
DATA		PÁGINA	
21.11.90		01/03	
ARTIGO		PARÁGRAFO	
1º		1º, 2º, 3º, 4º	

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

"ART 1º - A partir do ano de 1991, inclusive, cabe aos estabelecimentos de ensino de pré-escola, 1º, 2º e 3º Graus fixar os valores iniciais dos encargos educacionais, devendo comunicá-los aos pais ou alunos, com antecedência de no mínimo 60 (sessenta) dias da efetivação da matrícula.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 13	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		COMISSÃO	
Deputado ROBSON MARINHO		363	
DATA		PÁGINA	
22.11.90		01/01	
ARTIGO		PARÁGRAFO	

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990

Incluir o seguinte artigo 1º renumerando-se adequadamente os demais artigos.

Art. 1º - A partir do ano de 1991, inclusive, cabe aos estabelecimentos de ensino de pré-escola, 1º, 2º e 3º graus fixar os valores iniciais dos encargos educacionais, devendo comunicá-los aos pais ou alunos com antecedência de no mínimo 60 (sessenta) dias da efetivação da matrícula.

§ 1º - A instituição de ensino fica obrigada a submeter-se ao processo da livre negociação regulamentado nesta Lei, visando à fixação dos valores iniciais dos encargos educacionais, para um determinado período letivo.

§ 2º - Estes valores iniciais estão sujeitos a homologação pelos Conselhos de Educação a que se encontra jurisdicionada a instituição de ensino conforme o disposto nesta Lei.

§ 3º - Caso os valores homologados sejam inferiores aos fixados e praticados pela instituição de ensino, esta ficará obrigada a devolver as diferenças no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da decisão, devidamente corrigidas.

JUSTIFICATIVA

Com esta nova redação, além de se preservar o exercício da livre negociação, é respeitado o que dispõe o artigo 209 da Carta Magna.

Sugerimos também que os Conselhos de Educação sejam os órgãos homologatórios.

285, de 14 de novembro de 1990		EMENDA Nº 14	
Deputado ROBSON MARINHO		363	
22.11.90	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA
			PÁGINA
			01/03

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

Incluir o seguinte artigo 1º renumerando-se adequadamente os demais artigos:

- "Art. 1º A partir do ano de 1991, inclusive, cabe aos estabelecimentos de ensino de pré-escola, 1º, 2º e 3º graus fixar os valores iniciais dos encargos educacionais, devendo comunicá-los aos pais ou alunos com antecedência de no mínimo 60 (sessenta) dias da efetivação da matrícula.
- § 1º Estes valores iniciais estão sujeitos a homologação pelos Conselhos de Educação a que se encontra jurisdicionada a instituição de ensino.
- § 2º A instituição de ensino fica obrigada a requerer a homologação dos valores iniciais aos Conselhos de Educação na data da fixação e divulgação dos referidos valores.
- § 3º Da decisão dos Conselhos Estaduais de Educação e do Distrito Federal caberá recurso ao Conselho Federal de Educação no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- § 4º Caso os valores homologados sejam inferiores aos fixados e praticados pela instituição de ensino, esta ficará obrigada a devolver as diferenças no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da decisão, devidamente corrigidas."

JUSTIFICATIVA

O artigo 209 da Constituição diz que o ensino é "livre à iniciativa privada". A intenção do Constituinte foi clara. Fornecer educação é dever do Estado. No entanto, como convém em um regime democrático, a produção e transmissão do saber não são monopólio dele. Qualquer entidade criada por particulares, seja lucrativa ou não, tem o direito de atuar na área. Este direito não é atribuído pelo Governo, mas decorre da própria Constituição. Daí a diferença entre a educação privada e o serviço de transporte coletivo, por exemplo. Para explorar o serviço de transporte de passageiros, uma empresa necessita de concessão do Estado, que pode não outorgá-la. Para montar uma escola particular, basta uma autorização, à qual tem direito toda entidade que atenda as normas gerais da educação nacional.

A educação, quando prestada por particulares, é uma atividade privada. Como tal, deve sobreviver com seus próprios recursos. Aliás, a Constituição adequadamente proíbe que o Estado destine recursos públicos a escolas particulares, como a demonstrar que qualquer brasileiro, embora tenha direito ao ensino público, pode preferir o ensino privado, desde que arque com o custo dele.

Assim, a manutenção de uma escola particular depende das mensalidades que cobra. Como é óbvio, a receita deve ser suficiente para cobrir os custos. Se um aluno não pode pagar o preço do

serviço prestado por uma escola, deve procurar outra ou o ensino público, que é gratuito. Não pode, porém, impedir que a escola cobre o necessário para o cumprimento de suas obrigações trabalhistas, fiscais ou comerciais.

As escolas têm o direito - decorrente do princípio Constitucional da livre iniciativa - de cobrar o suficiente para a manutenção de seus serviços e para a remuneração do capital e do trabalho aplicados. Em consequência, a elas pertence o direito de fixar os seus preços. O governo pode, apenas, fiscalizar esta fixação, de modo a evitar eventuais abusos do poder econômico. Não pode, no entanto, tomar a si esta tarefa ou atribuí-la aos clientes do estabelecimento. Afinal, nem o Governo, nem os alunos, são os responsáveis pelo cumprimento das obrigações da escola.

Assim, para que o Congresso Nacional e o Governo não sejam acusados de não evitar eventuais abusos sugeriu-se que os Conselhos de Educação sejam os órgãos fiscalizadores e homologatórios dos valores dos encargos educacionais considerando que:

- cabe aos Conselhos de Educação a fixação das normas sobre autorização e reconhecimento de cursos em quaisquer graus, a avaliação da qualidade do ensino oferecido e até sugerir aos órgãos competentes a cassação da autorização de funcionamento;

- os Conselhos são colegiados formados por educadores de notório saber e que representam as mais variadas instituições e tendências educacionais;

- as sessões dos Conselhos de Educação são públicas e suas decisões são tomadas pela maioria dos seus membros;

- os Conselhos conhecem a realidade de seus Estados e Municípios.

285, de 14 de novembro de 1990		EMENDA Nº 15	
Deputado ROBSON MARINHO		363	
22.11.90	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA
			PÁGINA
			01/03

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

- "ART 1º - A partir do ano de 1991, inclusive, cabe aos estabelecimentos de ensino de pré-escola, 1º, 2º e 3º graus fixar os valores iniciais dos encargos educacionais, devendo comunicá-los aos pais ou alunos, com antecedência de no mínimo 60 (sessenta) dias da efetivação da matrícula.
- § 1º - Estes valores iniciais estão sujeitos a homologação pelos Conselhos de Educação a que se encontra jurisdicionada a instituição de ensino ou através do processo da livre negociação regulamentado nesta Lei.
- § 2º - A instituição de ensino fica obrigada a requerer a homologação dos valores iniciais aos Conselhos de Educação ou iniciar o processo da livre negociação na data da fixação e divulgação dos referidos valores.
- § 3º - Da decisão dos Conselhos Estaduais de Educação e do Distrito Federal caberá recurso ao Conselho Federal de Educação no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- § 4º - Caso os valores homologados sejam inferiores aos fixados e praticados pela instituição de ensino, esta ficará obrigada a devolver as diferenças no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da decisão, devidamente corrigidas."

JUSTIFICATIVA

No que se refere ao mérito da proposta de livre negociação, temos de ponderar que, a por de seu inegável esforço para criar as condições de um entendimento entre as partes, fazendo com que alunos e pais de alunos se tornem co-participantes e não apenas contrapartes de um processo de negociação, baseado no diálogo.

logo, na transparência e em relações amistosas, ela parece ter - se excedido nesse zelo pela coisa pública em que o coletivo prepondera sobre o individual, sobre o privado e o particular.

Os abusos ou os mercantilismos desarrastados, não se corrigem com o descumprimento à norma constitucional que, em matéria de educação, de um lado obriga o poder público a investir na escola pública, dotando-a de um padrão de qualidade capaz de competir com suas congêneres privadas e, de outro, que as escolas particulares cumpram o que preceitua o art. 209 da Carta Magna.

Isto posto, julgamos que com a nova redação dada ao artº 1º a par de estimularmos o processo da livre negociação não foi descumprido o artº 209 da Constituição Federal.

Quanto aos abusos, temos convicção de que os Conselhos de Educação poderão evitá-los considerando que:

- cabe aos Conselhos de Educação a fixação das normas sobre autorização e reconhecimento de cursos em quaisquer graus, a avaliação da qualidade do ensino oferecido e até sugerir aos órgãos competentes a cassação da autorização de funcionamento;

- os Conselhos são colegiados formados por educadores de notório saber e que representam as mais variadas instituições e tendências educacionais;

- as sessões dos Conselhos de Educação são públicas e suas decisões são tomadas pela maioria dos seus membros;

os Conselhos conhecem a realidade de seus Estados e Municípios.

Julgamos mais adequado que os Conselhos de Educação sejam os órgãos recursais por serem mais democráticos e descentralizadas suas decisões.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 16	
265 de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputada SANDRA CAVALCANTI		249	
BATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
22 / 11 / 90	1º	1, 2 e 3	
		ALÍNEA	PÁGINA
			01/02

Emenda Substitutiva à Medida Provisória nº 265 de 14 de novembro de 1990.

Artigo 1º

O artigo 1º da Medida Provisória nº 265 e seus parágrafos passam a ter a seguinte redação:

" Art. 1º- Cabe à entidade mantenedora de ensino fixar, no prazo de 60 (sessenta) dias que antecede a efetiva matrícula os valores dos encargos educacionais, os critérios de reajustes e de atualização monetária pelo período abrangente da matrícula, observados as disposições contidas na lei nº 8078 de 11 de setembro de 1990.

§ 1º- Estes valores, critérios, bem como a proposta educacional do estabelecimento e de suas atividades extra-curriculares deverão ser expressos em contrato escrito e devidamente assinado pelas partes interessadas.

§ 2º- Não serão admitidas, no período abrangente da matrícula, fixação de valores e critérios que contrariem o fixado na forma do parágrafo anterior.

§ 3º- Fazem parte integrante do Contrato e não modificáveis entre as partes, as condições estabelecidas pelo Poder Público quanto ao controle de qualidade do ensino".

JUSTIFICATIVA

A disposição discriminativa do artigo 209 da Constituição Federal exclui a interferência do Poder Público na matéria referente a encargos educacionais e é indispensável que a liberdade dela decorrente seja transparente e não prejudique a comunidade escolar, bem como o resguardo da tutela da qualidade do ensino reservada constitucionalmente ao Poder Público.

Esta liberdade, no entanto tem o limite que nasce com a indispensável defesa do Consumidor.

Por esta razão inclui-se como indispensável os cumprimentos dos preceitos contidos no Código de Defesa do consumidor (lei 8070/90).

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 17	
nº 265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado Arnaldo Prieto			
BATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
21 / 11 / 90	10	10, 20 e 30	
		ALÍNEA	PÁGINA
TEXTO			
Emenda substitutiva à Medida Provisória nº 265, de 14 de novembro de 1990.			
O artigo 10 da Medida Provisória nº 265/90 e seus parágrafos passam a ter a seguinte redação:			
"Art. 10 - A partir do ano de 1991, inclusive, cabe à entidade mantenedora de ensino fixar, no prazo de 30 (trinta) dias que antecede a efetiva matrícula, os valores dos encargos educacionais, os critérios de reajustes e de atualização monetária pelo período abrangente da matrícula.			
§ 1º - Estes valores, critérios, bem como a proposta educacional do estabelecimento e de suas atividades extra-curriculares, deverão ser expressos em contrato escrito e devidamente assinado pelas partes interessadas.			
§ 2º - Não serão admitidos, no período abrangente da matrícula, fixação de valores e critérios que contrariem o fixado na forma do parágrafo anterior.			
§ 3º - Fazem parte integrante do contrato e não modificáveis entre as partes, as condições estabelecidas pelo Poder Público, quanto ao controle de qualidade do ensino".			

JUSTIFICATIVA

A disposição discriminativa do artigo 209 da Constituição Federal exclui a interferência do Poder Público na matéria referente a encargos educacionais e é indispensável que a liberdade dela decorrente seja transparente e não prejudique a comunidade escolar, bem como o resguardo da tutela da qualidade de ensino reservada constitucionalmente ao Poder Público.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 18	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO SAMIR ACHOA		301	
BATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
21/11/90	1º		
		ALÍNEA	PÁGINA
			01 01

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990

Incluir o seguinte artigo 1º renumerando-se adequadamente os demais artigos.

Art. 1º - A partir do ano de 1991, inclusive, cabe aos estabelecimentos de ensino de pré-escola, 1º, 2º e 3º graus fixar os valores iniciais dos encargos educacionais, devendo comunicá-los aos pais ou alunos com antecedência de no mínimo 60 (sessenta) dias da efetivação da matrícula.

§ 1º - A instituição de ensino fica obrigada a submeter-se ao processo da livre negociação regulamentado nesta Lei, visando à fixação dos valores iniciais dos encargos educacionais, para um determinado período letivo.

§ 2º - Estes valores iniciais estão sujeitos a homologação pelos Conselhos de Educação a que se enuncia jurisdição a instituição de ensino conforme o disposto nesta Lei.

§ 3º - Caso os valores homologados sejam inferiores aos fixados e praticados pela instituição de ensino, esta ficará obrigada a devolver as diferenças no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da decisão, devidamente corrigidas.

JUSTIFICATIVA

Com esta nova redação, além de se preservar o exercício da livre negociação, é respeitado o que dispõe o artigo 209 da Carta Magna.

Sugerimos também que os Conselhos de Educação sejam os órgãos homologatórios.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 19	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CDD/CO	
DEPUTADO SAMIR ACHOA		301	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
21/11/90	19		
		ALÍNEA	PÁGINA
			01/03

EMENDA ADITIVA Á MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

Incluir o seguinte artigo 1º renumerando-se adequadamente os demais artigos:

- "Art. 19 A partir do ano de 1991, inclusive, cabe aos estabelecimentos de ensino de pré escola, 19, 29 e 39 Graus fixar os valores iniciais dos encargos educacionais, devendo comunicá-los aos pais ou alunos com antecedência de no mínimo 60 (sessenta) dias da efetivação da matrícula.
- § 19 Estes valores iniciais estão sujeitos a homologação pelos Conselhos de Educação a que se encontra jurisdicionada a instituição de ensino.
- § 29 A instituição de ensino fica obrigada a requerer a homologação dos valores iniciais aos Conselhos de Educação na data da fixação e divulgação dos referidos valores.
- § 39 Da decisão dos Conselhos Estaduais de Educação e do Distrito Federal caberá recurso ao Conselho Federal de Educação no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- § 49 Caso os valores homologados sejam inferiores aos fixados e praticados pela instituição de ensino, esta ficará obrigada a devolver as diferenças no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da decisão, devidamente corrigidas."

JUSTIFICATIVA

O artigo 209 da Constituição diz que o ensino é "livre à iniciativa privada". A intenção do Constituinte foi clara. Fornecer educação é dever do Estado. No entanto, como convém em um regime democrático, a produção e transmissão do saber não são monopólio dele. Qualquer entidade criada por particulares, seja lucrativa ou não, tem o direito de atuar na área. Este direito não é atribuído pelo Governo, mas decorre da própria Constituição. Daí a diferença entre a educação privada e o serviço de transporte coletivo, por exemplo. Para explorar o serviço de transporte de passageiros, uma empresa necessita de concessão do Estado, que pode não outorgá-la. Para montar uma escola particular, basta uma autorização, à qual tem direito toda entidade que atenda as normas gerais da educação nacional.

A educação, quando prestada por particulares, é uma atividade privada. Como tal, deve sobreviver com seus próprios recursos. Aliás, a Constituição adequadamente proíbe que o Estado destine recursos públicos a escolas particulares, como a demonstrar que qualquer brasileiro, embora tenha direito ao ensino público, pode preferir o ensino privado, desde que arque com o custo dele.

Assim, a manutenção de uma escola particular depende das mensalidades que cobra. Como é óbvio, a receita deve ser suficiente para cobrir os custos. Se um aluno não pode pagar o preço do serviço prestado por uma escola, deve procurar outra ou o ensino público, que é gratuito. Não pode, porém, impedir que a escola cobre o necessário para o cumprimento de suas obrigações trabalhistas, fiscais ou comerciais.

As escolas têm o direito - decorrente do princípio Constitucional da livre iniciativa - de cobrar o suficiente para a manutenção de seus serviços e para a remuneração do capital e do

trabalho aplicados. Em consequência, a elas pertence o direito de fixar os seus preços. O governo pode, apenas, fiscalizar esta fixação, de modo a evitar eventuais abusos do poder econômico. Não pode, no entanto, tomar a si esta tarefa ou atribuí-la aos clientes do estabelecimento. Afinal, nem o Governo, nem os alunos, são os responsáveis pelo cumprimento das obrigações da escola.

Assim, para que o Congresso Nacional e o Governo não sejam acusados de não evitar eventuais abusos sugere-se que os Conselhos de Educação sejam os órgãos fiscalizadores e homologatórios dos valores dos encargos educacionais considerando que:

- cabe aos Conselhos de Educação a fixação das normas sobre autorização e reconhecimento de cursos em qualquer grau, a avaliação da qualidade do ensino oferecido e até sugerir aos órgãos competentes a cassação da autorização de funcionamento;

- os Conselhos são colegiados formados por educados - res de notório saber e que representam as mais variadas instituições e tendências educacionais;

- as sessões dos Conselhos de Educação são públicas e suas decisões são tomadas pela maioria dos seus membros;

- os Conselhos conhecem a realidade de seus Estados e Municípios.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 20	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CDD/CO	
DEPUTADO SAMIR ACHOA		301	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
21/11/90	19		
		ALÍNEA	PÁGINA
			01/03

EMENDA SUBSTITUTIVA Á MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O artigo 19 passa a ter a seguinte redação:

- "ART 19 - A partir do ano de 1991, inclusive, cabe aos estabelecimentos de ensino de pré-escola, 19, 29 e 39 Graus fixar os valores iniciais dos encargos educacionais, devendo comunicá-los aos pais ou alunos, com antecedência de no mínimo 60 (sessenta) dias da efetivação da matrícula.
- § 19 Estes valores iniciais estão sujeitos à homologação pelos Conselhos de Educação a que se encontra jurisdicionada a instituição de ensino ou através do processo da livre negociação regulamentado nesta lei.
- § 29 A instituição de ensino fica obrigada a requerer a homologação dos valores iniciais aos Conselhos de Educação ou iniciar o processo da livre negociação na data da fixação e divulgação dos referidos valores.
- § 39 Da decisão dos Conselhos Estaduais de Educação e do Distrito Federal caberá recurso ao Conselho Federal de Educação no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- § 49 Caso os valores homologados sejam inferiores aos fixados e praticados pela instituição de ensino, esta ficará obrigada a devolver as diferenças no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da decisão, devidamente corrigidas."

JUSTIFICATIVA

No que se refere ao mérito da proposta de livre negociação, temos de ponderar que, a par de seu inegável esforço

para criar as condições de um entendimento entre as partes, fazendo com que alunos e pais de alunos se tornem co-participantes e não apenas contrapartes de um processo de negociação, baseado no diálogo, na transparência e em relações amistosas, ela parece ter se excedido nesse zelo pela coisa pública em que o coletivo prevalece sobre o individual, sobre o privado e o particular.

Os abusos ou os mercantilismos desarrastados, não se corrigem com o descumprimento à norma constitucional que, em matéria de educação, de um lado obriga o poder público a investir na escola pública, dotando-a de um padrão de qualidade capaz de competir com suas congêneres privadas e, de outro, que as escolas particulares cumpram o que preceitua o art. 209 da Carta Magna.

Isto posto, julgamos que com a nova redação dada ao art. 1º, a par de estimularmos o processo da livre negociação não foi descumprido o art. 209 da Constituição Federal.

Quanto aos abusos, temos convicção de que os Conselhos de Educação poderão evitá-los considerando que:

- cabe aos Conselhos de Educação a fixação das normas sobre autorização e reconhecimento de cursos em quaisquer graus, a avaliação da qualidade do ensino oferecido e até sugerir aos órgãos competentes a cassação da autorização de funcionamento;

- os Conselhos são colegiados formados por educadores de notório saber e que representam as mais variadas instituições e tendências educacionais;

- as sessões dos Conselhos de Educação são públicas e suas decisões são tomadas pela maioria dos seus membros;

- os Conselhos conhecem a realidade de seus Estados e Municípios.

Julgamos mais adequado que os Conselhos de Educação sejam os órgãos recursais por serem mais democráticos e descentralizadas suas decisões.

JUSTIFICATIVA

O artigo 209 da Constituição diz que o ensino é "livre à iniciativa privada". A intenção do Constituinte foi clara.

Fornecer educação é dever do Estado. No entanto, como convém em um regime democrático, a produção e transmissão do saber não são monopólio dele. Qualquer entidade criada por particulares, seja lucrativa ou não, tem o direito de atuar na área. Este direito não é atribuído pelo Governo, mas decorre da própria Constituição. Daí a diferença entre a educação privada e o serviço de transporte coletivo, por exemplo. Para explorar o serviço de transporte de passageiros, uma empresa necessita da concessão do Estado, que pode não outorgá-la. Para montar uma escola particular, basta uma autorização, à qual tem direito toda entidade que atenda as normas gerais da educação nacional.

A educação, quando prestada por particulares, é uma atividade privada. Como tal, deve sobreviver com seus próprios recursos. Aliás, a Constituição adequadamente proíbe que o Estado destine recursos públicos a escolas particulares, como a demonstrar que qualquer brasileiro, embora tenha direito ao ensino público, pode preferir o ensino privado, desde que arque com o custo dele.

Assim, a manutenção de uma escola particular depende das mensalidades que cobra. Como é óbvio, a receita deve ser suficiente para cobrir os custos. Se um aluno não pode pagar o preço do serviço prestado por uma escola, deve procurar outra ou o ensino público, que é gratuito. Não pode, porém, impedir que a escola cobre o necessário para o cumprimento de suas obrigações trabalhistas, fiscais ou comerciais.

As escolas têm o direito - decorrente do princípio Constitucional da livre iniciativa - de cobrar o suficiente para a manutenção de seus serviços e para a remuneração do capital e do trabalho aplicados. Em consequência, a elas pertence o direito de fixar os seus preços. O governo pode, apenas, fiscalizar esta fixação, de modo a evitar eventuais abusos do poder econômico. Não pode, no entanto, tomar a si esta tarefa ou atribuí-la aos clientes do estabelecimento. Afinal, nem o Governo, nem os alunos, são os responsáveis pelo cumprimento das obrigações da escola.

Assim, para que o Congresso Nacional e o Governo não sejam acusados de não evitar eventuais abusos sugere-se que os Conselhos de Educação sejam os órgãos fiscalizadores e homologatórios dos valores dos encargos educacionais considerando que:

- cabe aos Conselhos de Educação a fixação das normas sobre autorização e reconhecimento de cursos em quaisquer graus, a avaliação da qualidade do ensino oferecido e até sugerir aos órgãos competentes a cassação da autorização de funcionamento;

- os Conselhos são colegiados formados por educadores de notório saber e que representam as mais variadas instituições e tendências educacionais;

- as sessões dos Conselhos de Educação são públicas e suas decisões são tomadas pela maioria dos seus membros;

- os Conselhos conhecem a realidade de seus Estados e Municípios.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, de 14 de novembro de 1990		EMENDA Nº 21	
AUTOR Deputado Paes Landim		CÓDIGO	
DATA 23/11/90	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA
			PÁGINA 01/03

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.			
Incluir o seguinte artigo 1º renumerando-se adequadamente os demais artigos:			
"Art. 10	A partir do ano de 1991, inclusive, cabe aos estabelecimentos de ensino de pré-escola, 1º, 2º e 3º graus fixar os valores iniciais dos encargos educacionais, devendo comunicá-los aos pais ou alunos com antecedência de no mínimo 60 (sessenta) dias da efetivação da matrícula.		
§ 1º	Estes valores iniciais estão sujeitos a homologação pelos Conselhos de Educação a que se encontra jurisdicionada a instituição de ensino.		
§ 2º	A instituição de ensino fica obrigada a requerer a homologação dos valores iniciais aos Conselhos de Educação na data da fixação e divulgação dos referidos valores.		
§ 3º	Da decisão dos Conselhos Estaduais de Educação e do Distrito Federal caberá recurso ao Conselho Federal de Educação no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.		
§ 4º	Caso os valores homologados sejam inferiores aos fixados e praticados pela instituição de ensino, esta ficará obrigada a devolver as diferenças no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da decisão, devidamente corrigida.		

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, de 14 de novembro de 1990		EMENDA Nº 22	
AUTOR Deputado Paes Landim		CÓDIGO	
DATA 23/11/90	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA
			PÁGINA 01/01

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990

Incluir o seguinte artigo 1º renumerando-se adequadamente os demais artigos.

Art. 1º - A partir do ano de 1991, inclusive, cabe aos estabelecimentos de ensino de pré-escola, 1º, 2º e 3º graus fixar os valores iniciais dos encargos educacionais, devendo comunicá-los aos pais ou alunos com antecedência de no mínimo 60 (sessenta) dias da efetivação da matrícula.

§ 1º - A instituição de ensino fica obrigada a submeter-se ao processo da livre negociação regulamentado nesta Lei, visando à fixação dos valores iniciais dos encargos educacionais, para um determinado período letivo.

§ 2º - Estes valores iniciais estão sujeitos à homologação pelos Conselhos de Educação a que se encontra jurisdicionada a instituição de ensino conforme o disposto nesta lei.

§ 3º - Caso os valores homologados sejam inferiores aos fixados e praticados pela instituição de ensino, esta ficará obrigada a devolver as diferenças no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da decisão, devidamente corrigidas.

JUSTIFICATIVA

Com esta nova redação, além de se preservar o exercício da livre negociação, é respeitado o que dispõe o artigo 209 da Carta Magna.

Sugerimos também que os Conselhos de Educação sejam os órgãos homologatórios.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 23	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado Agripino de Oliveira Lima <i>Filho</i>			
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
21/11/90			
ALÍNEA		PÁGINA	
		01/03	
TEXTO			

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

ART 1º - A partir do ano de 1991, inclusive, cabe aos estabelecimentos de ensino de pré-escola, 1º, 2º e 3º Graus fixar os valores iniciais dos encargos educacionais, devendo comunicá-los aos pais ou alunos, com antecedência de no mínimo 60 (sessenta) dias da efetivação da matrícula.

§ 1º - Estes valores iniciais estão sujeitos à homologação pelos Conselhos de Educação a que se encontra jurisdicionada a instituição de ensino ou através do processo da livre negociação regulamentada, do nesta lei.

§ 2º - A instituição de ensino fica obrigada a requerer a homologação dos valores iniciais aos Conselhos de Educação ou iniciar o processo da livre negociação na data da fixação e divulgação dos referidos valores.

§ 3º - Da decisão dos Conselhos Estaduais de Educação e do Distrito Federal caberá recurso ao Conselho Federal de Educação no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

§ 4º - Caso os valores homologados sejam inferiores aos fixados e praticados pela instituição de ensino, esta ficará obrigada a devolver as diferenças no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da decisão, devidamente corrigidas.

JUSTIFICATIVA

No que se refere ao mérito da proposta de livre negociação, temos de ponderar que, a par de seu inegável esforço para criar as condições de um entendimento entre as partes, fazendo com que alunos e pais de alunos se tornem co-participes e não apenas contrapartes de um processo de negociação, baseado no diálogo, na transparência e em relações amistosas, ela parece ter se excedido nesse zelo pela coisa pública em que o coletivo prevalece sobre o individual, sobre o privado e o particular.

Os abusos ou os mercantilismos desarrazoados, não se corrigem com o descumprimento à norma constitucional que, em matéria de educação, de um lado obriga o poder público a investir na escola pública, dotando-a de um padrão de qualidade capaz de competir com suas congêneres privadas e, de outro, que as escolas particulares cumpram o que prescreve o art. 209 da Carta Magna.

Isto posto, julgamos que com a nova redação dada ao artº 1º, a par de estimularmos o processo da livre negociação não foi descumprido o artº 209 da Constituição Federal.

Quanto aos abusos, temos convicção de que os Conselhos de Educação poderão evitá-los considerando que:

- cabe aos Conselhos de Educação a fixação das normas sobre autorização e reconhecimento de cursos em quaisquer graus, a avaliação da qualidade do ensino oferecido e até sugerir aos órgãos competentes a cassação da autorização de funcionamento;

- os Conselhos são colegiados formados por educadores de notório saber e que representam as mais variadas instituições e tendências educacionais;

- as sessões dos Conselhos de Educação são públicas e suas decisões são tomadas pela maioria dos seus membros;

- os Conselhos conhecem a realidade de seus Estados e Municípios.

Julgamos mais adequado que os Conselhos de Educação sejam os órgãos recursais por serem mais democráticos e descentralizadas suas decisões.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 24	
nº 265, de 14 de novembro de 1990.			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado AGRIPINO DE OLIVEIRA LIMA FILHO		312	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
22 / 11 / 90	1º	1, 2 e 3	
ALÍNEA		PÁGINA	
		01	
TEXTO			

EMENDA SUBSTITUTIVA

O artigo 1º da Medida Provisória nº 265/90 e seus parágrafos passam a ter a seguinte redação:

Art. 1º - A partir do ano de 1991, inclusive, cabe à entidade mantenedora de ensino fixar, no prazo de 30 (trinta) dias que antecede a efetiva matrícula, os valores dos encargos educacionais, os critérios de reajustes e de atualização monetária pelo período abrangente da matrícula.

§ 1º - Estes valores, critérios, bem como proposta educacional do estabelecimento e de suas atividades extra-curriculares, deverão ser expressos em contrato escrito e devidamente assinado pelas partes interessadas.

§ 2º - Não serão admitidos, no período abrangente da matrícula, fixação de valores e critérios que contrariem o fixado na forma do parágrafo anterior.

§ 3º - Fazem parte integrante do contrato e não modificáveis entre as partes, as condições estabelecidas pelo Poder Público, quanto ao controle de qualidade do ensino.

JUSTIFICATIVA

A disposição discriminativa do artigo 209 da Constituição Federal exclui a interferência do Poder Público na matéria referente a encargos educacionais e é indispensável que a liberdade de livre negociação seja transparente e não prejudique a comunidade escolar, bem como o resguardo da tutela da qualidade de ensino reservada constitucionalmente do Poder Público.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 25	
265			
AUTOR		CÓDIGO	
Dep. CANDIDO MENDES		586	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
23 / 11 / 90	1º		
ALÍNEA		PÁGINA	
		01/01	
TEXTO			

EMENDA ADITIVA:

Incluir o seguinte Art. 1º, numerando-se adequadamente os seguintes Artigos.

ART. 1º - As mensalidades escolares serão fixadas em Edital pela imprensa, 60 (sessenta) dias antes das matrículas com base nas planilhas de pre

ços e de custos da prestação do serviço que abrangem a respectiva mente:

- a. custos de pessoal, materiais e serviços de prestação;
- b. remuneração do capital de empreendimento no montante de até 10% das despesas a que se refere a alínea anterior

§1º. O Edital de fixação das mensalidades explicitará os critérios de reajuste de acordo com a planejamento econômico-financeiro dos prestadores de ensino, válidos até a subsequente matrícula escolar.

§2º. As despesas de pessoal resultantes de acordo, imposição legal, convenção ou dissídio coletivo poderão ser repastadas às anuidades até 70% (setenta por cento) dos seus valores e os demais custos, na sua real incidência.

§3º. O Planejamento econômico a que se refere o §1º para o ensino de 3ª grau deverá incluir os critérios de reajuste válidos para toda a duração do curso, seja na modalidade de matrícula por seriado ou por créditos.

§4º. A primeira mensalidade de 1991 será calculada com base na mensalidade de março, ou no valor resultante da livre negociação considerada segundo os critérios definidos no §2º supra, devendo o Edital para este mesmo exercício ser publicado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data definida para a efetivação da matrícula.

JUSTIFICAÇÃO: A presente Emenda visa a compatibilizar o regime para as anuidades escolares proposta pela Medida Provisória 265, com as características do empreendimento social de ensino, atendendo às necessidades de sua generalização a toda a coletividade e o estrito respeito às garantias fixadas pela Carta Magna de 1988. Ou seja, do entendimento da livre iniciativa como um dos fundamentos mesmo do nosso Estado de Direito e regra, do respeito à sua economia e liberdade. Atentar-se-á ao propósito manifestado pelo Ministério da Educação, de buscar, na iniciativa o encontro das diretrizes gerais do Governo Collor, de desregulação de preços e proposição de um padrão de desenvolvimento nacional devolvido ao quadro desta mesma livre iniciativa. O Ministério sugeriu, como via para esse desiderato da livre negociação, trazendo à fixação dos preços de ensino o assentimento simultâneo do produtor desses serviços e de seu usuário. Não há como confundir a que a Legislação e a nossa prática social entende como livre negociação, a passagem do regime da consensualização de fatores de produção ao de sua concordância pelo consumidor. Desde o Brasil se-á nestes meses todo o esforço de conciliar interesses do capital e do trabalho, todos a engendrar, justamente, as mecânicas do pacto social, onde se instalam hoje as melhores ideias da social democracia e da efetiva estabilização, na América Latina, dos regimes pós-autoritários e teocráticos. Os choques e as concordâncias entre as sindicais da empresa e do salarizado reforçam hoje este nosso amadurecimento democrático.

Nas sempre se registrará o universo delimitado em que se deflagram e se resolvem estas tensões. Às mesmas se impõe a validade sem deturpações semânticas - do que seja a livre negociação. Não a conhecemos nas economias modernas, como suscetíveis de se transferir à concórdia de preços - frente às exigências de uma economia popular e de um orçamento doméstico - pelos consumidores. Não se conhece tarifa de serviços públicos que tenham os seus quantum previamente acordados pelos consumidores. Nem garantimos dos usuários ao valor dos preços das mercadorias entregues à concorrência dentro de uma economia de mercado. A serem, de fato, bens e serviços essenciais à preservação de uma economia popular e a atividade reguladora do poder público que assume tal encargo e o faz, excepcional e transitoriamente num quadro de gravidade da conjuntura econômica nacional. Não é outro o sistema a que deu exatamente resposta a Lei nº 8.099. Hoje, praticamente, todos esses serviços, no âmbito da prestação de uma economia industrial se vêem já liberados exaurindo o seu papel, a regulação, das autoridades públicas. Ficam, dramaticamente como exceção justamente os preços educacionais. Subordinados já há mais de duas décadas, a regra do serviço pelo custo - consoante o Decreto-Lei 532, de 1969 - gozam por força de folgas de preços onde o guarnecimento preventivo dos lucros lhes permitiria arrostar etapas de congelamento. De há muito, também, se vêem com todos os seus valores escrutinados pelo poder público, e num quadro de clara demonstração do padrão mínimo de merecimento às suas despesas elementares. O quadro básico é de uma ruptura de uma equação financeira destas utilidades, acossadas pelas modificações com pulsátrias do pagamento de salários, e do aumento rígido das tarifas dos serviços envolvidos nas suas prestações. Choca às determinantes do Estado de Direito brasileiro criar-se um regime de livre negociação, entre produtor e consumidor que em última análise deixaria, nas mãos do aluno ou dos pais dos alunos, o referendado do valor acordado aos salários dos professores. Ou o assentimento às decisões do Judiciário, quanto à validade, ou não dos critérios dos dissídios coletivos, ou das convenções anuais de fixação dos valores do trabalho. Não é outra, entretanto, a situação a que levaria a proposta inicial do Governo, em

quanto todo o repasse dos aumentos compulsórios do custo de serviço não teria titularidade direta ao incremento das mensalidades. Na versão inicial da Medida Provisória 207 não poderemos escapar, neste ponto nuclear à desestabilização do serviço à sistemática das greves e, como resultado último, do indiscutível aviltamento dos preços da educação do país, e a protelação crescente do magistério em todos os seus graus, de entorpecimento da qualidade do ensino, o desinteresse crescente pela carreira, e da fuga dos cérebros, da cátedra e da sala de aula. Atente o Governo à gravidade do presente quadro, inédito na história da educação brasileira. No esforço louvável e corajoso inicial do regime de acentuação na livre iniciativa, a educação não pode ser a exceção clamorosa e o protagonista social e econômico gratuita e silenciosamente sacrificado, diante das regras gerais do sistema e da insensibilidade para o regime peculiaríssimo em que é hoje tratado o prestador de serviço da educação, o empresário social. Não há como pois, no projeto de disciplina das mensalidades, separar-se a autonomia empresarial, no atender às exigências da sua economia de serviço e do que sejam imperativos de melhoria intrínseca dessas atividades. No primeiro extremo, o repasse de tais valores, como condição de equilíbrio de restabelecimento da equação financeira dos serviços é, inclusive, imperativo público: a empresa corrige tais valores na ausência ou no atraso da providência do Estado, a bem da continuidade de uma prestação que é de interesse social inatredável. No empenho de melhoria da qualidade do serviço, de um "plus" de melhoria envolve pressuposições de alteração que exorbitam do impacto dos estritos custos do serviço da educação no orçamento doméstico. Entender-se-á neste caso e num período inicial de desregulação, a conveniência do consórcio de vontades do produtor e do consumidor para esse desiderato. Não se chega, de vez, em tal dimensão, à seleção e ao controle dos preços pela livre concorrência. A tal esfera entende-se pois a ocorrência do regime da livre negociação proposta pelo Governo. A escola melhorará os seus serviços, neste aspecto, na mesma proporção em que pais e alunos decidam livremente do novo ônus que tais incrementos acarretam à prioridade que emprestem a tarefa de educar e ser educados na sociedade brasileira emergente. A estes mesmos valores pois cingir-se toda a detalhada sistemática da livre negociação proposta pela Medida Provisória a merecer, realmente em tal perspectiva o epíteto e a justificação da iniciativa. Mas não se a confunda com o direito do empresário à conservação de sua equação financeira e, a bem da própria continuidade dos serviços, do direito de ajustar as alterações compulsórias de seus insumos ao preço dos serviços. É este imperativo que atende, claramente, a presente Emenda, sob pena de violar a Constituição, e criar as condições mínimas de uma economia empresarial no seu direito à livre iniciativa no plano de ensino. No mais, a presente Emenda visa absorver todas as relevantes inovações das Emendas anteriores, já objeto de uma primeira síntese do antigo projeto de conversão nº 76. De logo, também, tendo em vista a iminência do novo ano escolar, estabelece medidas transitórias para 1991. Reduz a prazo geral de oferta prévia das condições de serviço de 60 para 15 dias antes das matrículas no próximo exercício escolar. No resgate das condições econômicas destes custos básicos atingidos pela situação de congelamento a partir de março, corrige tais valores pela incidência de custos efetivo ocorrendo, sempre dentro dos critérios e limites definidos pelo §2º. Entende-se, nestes termos, que a presente proposta responde às matrizes sociais que motivaram o Governo à proposta do que denomina de livre negociação. Mas a quer ajustar à economia própria do ensino; ao respeito constitucional de sua prestação pela iniciativa privada e à valorização crescente da educação, entre as prioridades sociais do desenvolvimento brasileiro.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 26	
265 de 14 de novembro de 1990.			
AUTOR		CORRETO	
Deputada SANDRA CAVALCANTI		249	
BATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	ALÍNEA
22 / 11 / 90	2º		
PÁGINA		01/01	
TÍTULO			
Emenda Substitutiva à Medida Provisória nº 265 de 14 de novembro de 1990.			
Artigo 2º			
O artigo 2º da Medida Provisória nº 265 passa a ter a seguinte redação:			

"art. 2º - No corrente ano de 1990, poderão as entidades mantenedoras atualizar o seu valor, praticado após a data base salarial da categoria dos docentes, pela aplicação do BTN a partir do mês de outubro, não sendo permitida a cobrança de valores retroativos."

JUSTIFICATIVA

Trata-se do índice mais baixo do mercado, podendo como tal ser o fixador da atualização monetária sem provocar acentuada instabilidade no orçamento doméstico.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 27	
265, 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Dep. RICARDO IZAR		360	
DATA		PÁGINA	
23/11/90		01/01	
ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
2º		II	

EMENDA SUPRESSIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

Suprimir os itens b) e d) do inciso II, do Art. 2º, bem como a expressão "obedecida a seguinte ordem de prioridade de representação."

Assim, o item c) passa a ser b).

JUSTIFICATIVA

A supressão proposta prende-se ao fato de que a maioria das escolas não têm associações de pais constituídas, o mesmo ocorrendo com as associações estaduais.

Ocorre, ainda, que em alguns casos as associações estaduais não tem a menor representatividade cuidando tão somente de mensalidades, relegando a plano secundário a parte educacional.

No que se refere às federações cumpre esclarecer apenas para exemplificar que a sede no Distrito Federal não realizou nenhuma negociação até a presente data.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 28	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO HELIO ROSAS			
DATA		PÁGINA	
21.11.90		01/02	
ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
2º			

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

Incluir o seguinte artigo 2º, renumerando-se adequadamente os demais artigos.

"ART 2º - Os reajustes das mensalidades escolares durante o período letivo obedecerão aos seguintes critérios:

I. repasse de 70% (setenta por cento) do reajuste salarial do pessoal docente e técnico-administrativo havido no mês a que se refere a mensalidade e resultante de imposição legal, acordo, dissídio coletivo ou acordo coletivo.

II. repasse de 30% (trinta por cento) da variação do valor real da moeda ocorrida no mês anterior, medida pelo IBGE ou In. ...

PARÁGRAFO ÚNICO - Os valores estabelecidos pelos critérios definidos no "caput" deste artigo somente poderão ser alterados, durante o ano letivo, após homologação especial através dos Conselhos de Educação ou pelo processo da livre negociação, observado ainda o disposto no § 3º do ART. 1º."

JUSTIFICATIVA

É fundamental definir-se critérios transparentes visando a evitar eventuais abusos por parte das escolas e a indexação indesejável por todos da Economia.

É oportuno ainda destacar que os critérios sugeridos são de conhecimento da maioria dos pais e alunos, uma vez que antes do advento das Medidas Provisórias sobre mensalidades do atual governo, esses critérios eram os utilizados pelas instituições de ensino. A tranquilidade no relacionamento dos pais e alunos com as escolas nessa época é o maior aval para a utilização dos mencionados critérios.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 29	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Dep. Ricardo Izar		360	
DATA		PÁGINA	
21-11-90		01/02	
ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
2º	Único		

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

Incluir o seguinte artigo 2º, renumerando-se adequadamente os demais artigos.

"ART 2º - Os reajustes das mensalidades escolares durante o período letivo obedecerão aos seguintes critérios:

I. repasse de 70% (setenta por cento) do reajuste salarial do pessoal docente e técnico-administrativo havido no mês a que se refere a mensalidade e resultante de imposição legal, acordo, dissídio coletivo ou acordo coletivo.

II. repasse de 30% (trinta por cento) da variação do valor real da moeda ocorrida no mês anterior, medida pelo IBGE ou Instituição congênera.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os valores estabelecidos pelos critérios definidos no "caput" deste artigo somente poderão ser alterados, durante o ano letivo, após homologação especial através dos Conselhos de Educação ou pelo processo da livre negociação, observado ainda o disposto no § 3º do ART. 1º."

JUSTIFICATIVA

É fundamental definir-se critérios transparentes visando a evitar eventuais abusos por parte das escolas e a indexação indesejável por todos da Economia.

É oportuno ainda destacar que os critérios sugeridos são de conhecimento da maioria dos pais e alunos, uma vez que antes do advento das Medidas Provisórias sobre mensalidades do atual governo, esses critérios eram os utilizados pelas instituições de ensino. A tranquilidade no relacionamento dos pais e alunos com as escolas nessa época é o maior aval para a utilização dos mencionados critérios.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 30	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado ROBSON MARINHO		363	
DATA		PÁGINA	
22.11.90		01/02	
ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

Incluir o seguinte artigo 2º, renumerando-se adequadamente os demais artigos.

"ART 2º - Os reajustes das mensalidades escolares durante o período letivo obedecerão aos seguintes critérios:

I. repasse de 70% (setenta por cento) do reajuste salarial do pessoal docente e técnico-administrativo havido no mês a que se refere a mensalidade e resultante de imposição legal, acordo, dissídio coletivo ou acordo coletivo.

II. repasse de 30% (trinta por cento) da variação do valor real da moeda ocorrida no mês anterior, medida pelo IBGE ou Instituição congênera.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os valores estabelecidos pelos critérios definidos no "caput" deste artigo somente poderão ser alterados, durante o ano letivo, após homologação especial através dos Conselhos de Educação ou pelo processo da livre negociação, observado ainda o disposto no § 3º do ART. 1º."

JUSTIFICATIVA

É fundamental definir-se critérios transparentes visando a evitar eventuais abusos por parte das escolas e a indexação indesejável por todos da Economia.

É oportuno ainda destacar que os critérios sugeridos são de conhecimento da maioria dos pais e alunos, uma vez que antes do advento das Medidas Provisórias sobre mensalidades do atual governo, esses critérios eram os utilizados pelas instituições de ensino. A tranquilidade no relacionamento dos pais e alunos com as escolas nessa época é o maior aval para a utilização dos mencionados critérios.

É fundamental definir-se critérios transparentes visando a evitar eventuais abusos por parte das escolas e a indexação indesejável por todos da Economia.

É oportuno ainda destacar que os critérios sugeridos são de conhecimento da maioria dos pais e alunos, uma vez que antes do advento das Medidas Provisórias sobre mensalidades do atual governo, esses critérios eram os utilizados pelas instituições de ensino. A tranquilidade no relacionamento dos pais e alunos com as escolas nessa época é o maior aval para a utilização dos mencionados critérios.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 32	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO SAMIR ACHÓA		301	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	PÁGINA
21/11/90	2º		01/02

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

Incluir o seguinte artigo 2º, renumerando-se adequadamente os demais artigos.

"ART 2º - Os reajustes das mensalidades escolares durante o período letivo obedecerão aos seguintes critérios:

I. repasse de 70% (setenta por cento) do reajuste salarial do pessoal docente e técnico-administrativo havido no mês a que se refere a mensalidade e resultante de imposição legal, acordo, dissídio coletivo ou acordo coletivo.

II. repasse de 30% (trinta por cento) da variação do valor real da moeda ocorrida no mês anterior, medida pelo IBGE ou Instituição congênera.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os valores estabelecidos pelos critérios definidos no "caput" deste artigo somente poderão ser alterados, durante o ano letivo, após homologação especial através dos Conselhos de Educação ou pelo processo da livre negociação, observado ainda o disposto no § 3º do ART. 1º."

JUSTIFICATIVA

É fundamental definir-se critérios transparentes visando a evitar eventuais abusos por parte das escolas e a indexação indesejável por todos da Economia.

É oportuno ainda destacar que os critérios sugeridos são de conhecimento da maioria dos pais e alunos, uma vez que antes do advento das Medidas Provisórias sobre mensalidades do atual governo, esses critérios eram os utilizados pelas instituições de ensino. A tranquilidade no relacionamento dos pais e alunos com as escolas nessa época é o maior aval para a utilização dos mencionados critérios.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 31	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado Antonio Carlos Mendes Thame			
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	PÁGINA
21/11/90			01/02

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

Incluir o seguinte artigo 2º, renumerando-se adequadamente os demais artigos.

"ART 2º - Os reajustes das mensalidades escolares durante o período letivo obedecerão aos seguintes critérios:

I. repasse de 80% (oitenta por cento) do reajuste salarial do pessoal docente e técnico-administrativo havido no mês a que se refere a mensalidade e resultante de imposição legal, acordo, dissídio coletivo ou acordo coletivo.

II. repasse de 20% (vinte por cento) da variação do valor real da moeda ocorrida no mês anterior, medida pelo IBGE ou Instituição congênera.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os valores estabelecidos pelos critérios definidos no "caput" deste artigo somente poderão ser alterados, durante o ano letivo, após homologação especial através dos Conselhos de Educação ou pelo processo da livre negociação, observado ainda o disposto no § 3º do ART. 1º."

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 33	
265			
AUTOR		CÓDIGO	
Dep. CARLOS MENDES		586	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	PÁGINA
23/11/90			01/01

EMENDA MODIFICATIVA

ART. 2º - Visando a constante melhoria da qualidade do ensino as prestadoras do serviço de educação poderão ajustar os valores das mensalidades pelos valores de livre negociação de que trata o presente artigo subsequente da presente Lei.

§1º. São partes legítimas para o procedimento referido no caput do presente artigo:

I. no ensino de 3º grau: a) os representantes da entidade mantenedora; b) o corpo discente respectivo representado nos termos dos §§ 2º e 3º do presente artigo.

II. nas escolas de 1º e 2º graus e nas pré-escolas, obedecendo a seguinte ordem de prioridade da representação:

- a. o representante da entidade mantenedora;
- b. A Associação dos Pais e Alunos da escola, devidamente representados;
- c. Assembleia Geral de Pais e Alunos.
- d. Associação Estadual de Pais e Alunos ou a Federação das Associações de Pais e Alunos, devidamente regularizadas.

§2º. O Corpo Discente será representado no ensino do 3º grau por três alunos por curso, podendo o Conselho Universitário, Conselho Superior da Instituição ou a entidade mantenedora estabelecer número maior, devendo os representantes do alunado serem escolhidos em eleições convocadas pelos Diretórios Acadêmicos ou pelos Diretórios Centrais de estudantes e, na ausência ou omissão desses pelos Conselhos Acadêmicos de Instituição. A livre negociação poderá ser realizada a critério da instituição, no âmbito de cada curso.

JUSTIFICATIVA: A unificação dos Artigos 1º e 2º visa compatibilizar o sistema de livre negociação com a proposta da 1ª (primeira) Emenda do signatário, valendo para a mesma a justificativa nela desenvolvida.

mais caro, com utilização de vários materiais e laboratórios não pode ter o seu custo pago também por alunos que pertençam a cursos menos onerosos.

EMENDA Nº 36

MEDIDA PROVISÓRIA		265, de 14 de novembro de 1990	
AUTOR		Deputado ROBSON MARINHO	
CÓDIGO		363	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
22.11.90	2º		II
ALÍNEA		PÁGINA	
		01/01	

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

Incluir após o inciso II do artº 2º o seguinte § 3º:

§ 3º - No ensino de 3º Grau, a critério da instituição, a livre negociação poderá ocorrer por curso.

JUSTIFICATIVA

Este procedimento visa a evitar que sejam discutidas numa mesma assembleia ou reunião as fixações de preços de cursos com características completamente distintas. Um curso mais caro, com utilização de vários materiais e laboratórios não pode ter o seu custo pago também por alunos que pertençam a cursos menos onerosos.

MEDIDA PROVISÓRIA		265, de 14 de novembro de 1990	
AUTOR		Deputado HELIO ROSAS	
CÓDIGO		358	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
21.11.90	2º	3º	II
ALÍNEA		PÁGINA	
		01/01	

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

Incluir após o inciso II do artº 2º o seguinte § 3º:

§ 3º - No ensino de 3º Grau, a critério da instituição, a livre negociação poderá ocorrer por curso.

JUSTIFICATIVA

Este procedimento visa a evitar que sejam discutidas numa mesma assembleia ou reunião as fixações de preços de cursos com características completamente distintas. Um curso mais caro, com utilização de vários materiais e laboratórios não pode ter o seu custo pago também por alunos que pertençam a cursos menos onerosos.

MEDIDA PROVISÓRIA		265/90	
AUTOR		Deputado Gumerindo Milhomem	
CÓDIGO		358	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
22.11.90	2º	3º	II
ALÍNEA		PÁGINA	
		1/1	

Incluir-se na alínea "d" do inciso II do art. 2º da Medida Provisória nº 265, de 14 de novembro de 1990, o seguinte parágrafo de nº 3.

Art. 2º -

II -

d) -

§ 3º - aos representantes do corpo discente no processo de negociação será garantida imunidade contra qualquer medida punitiva ou represália da direção da instituição, decorrente de posições assumidas pelos mesmos, no processo de negociação.

JUSTIFICATIVA

Esta emenda que ora apresento, visa resguardar os representantes do corpo discente no processo de negociação, quanto a perseguições, punições, ou mesmo a sumária expulsão do aluno daquela instituição, por alegações outratadas pela direção do corpo docente.

MEDIDA PROVISÓRIA		265, de 14 de novembro de 1990	
AUTOR		Dep. Ricardo Zan	
CÓDIGO		360	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
21.11.90	2º	3º	II
ALÍNEA		PÁGINA	
		01/01	

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

Incluir após o inciso II do artº 2º o seguinte § 3º:

§ 3º - No ensino de 3º Grau, a critério da instituição, a livre negociação poderá ocorrer por curso.

JUSTIFICATIVA

Este procedimento visa a evitar que sejam discutidas numa mesma assembleia ou reunião as fixações de preços de cursos com características completamente distintas. Um curso

MEDIDA PROVISÓRIA		265, de 14 de novembro de 1990	
AUTOR		DEPUTADO SAMIR ACHOA	
CÓDIGO		301	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
21/11/90	2º		II
ALÍNEA		PÁGINA	
		01/01	

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

Incluir após o inciso II do artº 2º o seguinte § 3º:

- " § 3º No ensino de 3º Grau, a critério da instituição, a livre negociação poderá ocorrer por curso. "

JUSTIFICATIVA

Este procedimento visa a evitar que sejam discutidas numa mesma assembleia ou reunião as fixações de preços de cursos com características completamente distintas. Um curso mais caro, com utilização de vários materiais e laboratórios não pode ter o seu custo pago também por alunos que pertençam a cursos menos onerosos.

265, de 14 de novembro de 1990

EMENDA Nº 39

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

21 11 90

01

Emenda aditiva à Medida Provisória nº 265, de 14 de novembro de 1990.

Incluir após o inciso II do art. 2º o seguinte § 3º:

" §3º - No ensino do 3º Grau, a livre negociação poderá ocorrer por curso".

JUSTIFICATIVA

Este procedimento visa evitar que sejam discutidas numa mesma assembleia ou reunião as fixações de preços de cursos com características completamente distintas. Um curso mais caro, com utilização de vários materiais e laboratórios não pode ter o seu curso pago também por alunos que pertençam a cursos menos onerosos.

265, de 14 de novembro de 1990

EMENDA Nº 40

DEPUTADO HELIO ROSAS

21.11.90

01/01

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1.990.

Incluir o seguinte artigo 3º renumerando-se adequadamente os demais artigos.

- ART 3º - Os valores iniciais dos encargos educacionais e os critérios estabelecidos nos artigos anteriores, bem como a proposta educacional do estabelecimento de ensino, poderão ser expressos em contrato escrito e devidamente assinados pelas partes interessadas, sujeito às normas, exigências e punições previstas na lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa e Proteção do Consumidor)."

JUSTIFICATIVA

Sempre que possível é desejável que as regras estabelecidas para a fixação e reajustes das mensalidades de um determinado período letivo sejam formalmente definidas para que o processo educacional como um todo não seja prejudicado por bruscas alterações de procedimentos.

A opção pelo contrato de prestação de serviços é, sem dúvida alguma, garantia para as partes envolvidas.

265, de 14 de novembro de 1990

EMENDA Nº 41

Dep. Ricardo Gzan

360

21.11.90

3º

01/01

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1.990.

Incluir o seguinte artigo 3º renumerando-se adequadamente os demais artigos.

- ART 3º - Os valores iniciais dos encargos educacionais e os critérios estabelecidos nos artigos anteriores, bem como a proposta educacional do estabelecimento de ensino, poderão ser expressos em contrato escrito e devidamente assinados pelas partes interessadas, sujeito às normas, exigências e punições previstas na lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa e Proteção do Consumidor)."

JUSTIFICATIVA

Sempre que possível é desejável que as regras estabelecidas para a fixação e reajustes das mensalidades de um determinado período letivo sejam formalmente definidas para que o processo educacional como um todo não seja prejudicado por bruscas alterações de procedimentos.

A opção pelo contrato de prestação de serviços é, sem dúvida alguma, garantia para as partes envolvidas.

265 de 14 de novembro de 1990.

EMENDA Nº 42

Deputada SANDRA CAVALCANTI

249

22 / 11 / 90

3º

01/02

Emenda Substitutiva à Medida Provisória nº 265 de 14 de novembro de 1990.

Artigo 3º

O artigo 3º da Medida Provisória nº 265 passa a ter a seguinte redação:

"art. 3º - ficam convalidadas as negociações realizadas na vigência das Medidas Provisórias nºs 207 de 13 de agosto de 1990, 223 de 13 de setembro de 1990 e 244 de 12 outubro de 1990.

Parágrafo Único - Ficam cancelados os atos efetuados contra os Estabelecimentos de Ensino na vigência das Medidas Provisórias enumeradas neste artigo, bem como a aplicação das multas.

JUSTIFICATIVA

Impõe-se convalidados os atos negociais realizados para resguardo de posição.

Impõe-se, ainda, em período conturbado por que passa a escola no Brasil, pelas indefinições do Poder Público, que atos punitivos sejam também relevados.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 43	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado RUBSON MARINHO		363	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
22.11.90			
ALÍNEA		PÁGINA	
		01/01	

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1.990.

Incluir o seguinte artigo 3º renumerando-se adequadamente os demais artigos.

" ART 3º - Os valores iniciais dos encargos educacionais e os critérios estabelecidos nos artigos anteriores, bem como a proposta educacional do estabelecimento de ensino, poderão ser expressos em contrato escrito e devidamente assinados pelas partes interessadas, sujeito às normas, exigências e punições previstas na lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa e Proteção do Consumidor)."

JUSTIFICATIVA

Sempre que possível é desejável que as regras estabelecidas para a fixação e reajustes das mensalidades de um determinado período letivo sejam formalmente definidas para que o processo educacional como um todo não seja prejudicado por bruscas alterações de procedimentos.

A opção pelo contrato de prestação de serviços é, sem dúvida alguma, garantia para as partes envolvidas.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 44	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Dep. Ricardo Izar		360	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
21.11.90	3º	caput	
ALÍNEA		PÁGINA	
		01/01	

Substituir no "caput" do artigo 3º " dez dias úteis" por "cinco dias úteis."

JUSTIFICATIVA

Este encurtamento no prazo de convocação para o processo da livre negociação tem por finalidade simplesmente agilizar os procedimentos que na prática têm se mostrado extremamente morosos.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 45	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Dep. Ricardo Izar		360	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
21.11.90	3º	caput	
ALÍNEA		PÁGINA	
		01/01	

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1.990.

Substituir no "caput" do artigo 3º " dez dias úteis" por "cinco dias úteis."

JUSTIFICATIVA

Este encurtamento no prazo de convocação para o processo da livre negociação tem por finalidade simplesmente agilizar os procedimentos que na prática têm se mostrado extremamente morosos.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 46	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO SAMIR ACHOA		301	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
21/11/90	3º		
ALÍNEA		PÁGINA	
		01/01	

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1.990.

Incluir o seguinte artigo 3º renumerando-se adequadamente os demais artigos.

" ART 3º - Os valores iniciais dos encargos educacionais e os critérios estabelecidos nos artigos anteriores, bem como a proposta educacional do estabelecimento de ensino, poderão ser expressos em contrato escrito e devidamente assinados pelas partes interessadas, sujeito às normas, exigências e punições previstas na lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa e Proteção do Consumidor)."

JUSTIFICATIVA

Sempre que possível é desejável que as regras estabelecidas para a fixação e reajustes das mensalidades de um determinado período letivo sejam formalmente definidas para que o processo educacional como um todo não seja prejudicado por bruscas alterações de procedimentos.

A opção pelo contrato de prestação de serviços é, sem dúvida alguma, garantia para as partes envolvidas.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 47	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado RUBSON MARINHO		363	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
22.11.90	3º		
ALÍNEA		PÁGINA	
		01/01	

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1.990.

Substituir no "caput" do artigo 3º " dez dias úteis" por "cinco dias úteis."

JUSTIFICATIVA

Este encurtamento no prazo de convocação para o processo da livre negociação tem por finalidade simplesmente agilizar os procedimentos que na prática têm se mostrado extremamente morosos.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 48	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO SAMIR ACHOA		301	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
21/11/90	3º		
ALÍNEA		PÁGINA	
		01/01	

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1.990.

Substituir no "caput" do artigo 3º " dez dias úteis" por "cinco dias úteis."

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 49	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO HELIO RUCAS		301	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
21.11.90	3º		
ALÍNEA		PÁGINA	
		01/01	

JUSTIFICATIVA

Este encurtamento no prazo de convocação para o processo da livre negociação tem por finalidade simplesmente agilizar os procedimentos que na prática têm se mostrado extremamente morosos.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 49	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado Antonio Carlos Mendes Thame			
BATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
21/11/90			
ALÍNEA		PÁGINA	
		01/01	

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

Substituir no "caput" do artigo 3º "dez dias úteis" por "cinco dias úteis."

JUSTIFICATIVA

Este encurtamento no prazo de convocação para o processo da livre negociação tem por finalidade simplesmente agilizar os procedimentos que na prática têm se mostrado extremamente morosos.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 50	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Dep. Ricardo Izar		360	
BATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
21-11-90	5º	1º	
ALÍNEA		PÁGINA	
		01/01	

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, de 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O § 1º, do artigo 5º passa a ter a seguinte redação:

"§ 1º - Não terão direito a voto os alunos bolsistas custeados pela instituição e os que se encontram em débito com ela."

JUSTIFICATIVA

Para o verdadeiro equilíbrio, participarão da negociação apenas aqueles que não são beneficiados pela instituição. Os inadimplentes, que já exteriorizaram manifesta impossibilidade de concordarem com qualquer reajuste, bem como os bolsistas, devem ficar fora do processo de negociação.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 51	
nº 265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado Arnaldo Prieto			
BATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
21/11/90	3º	2º	
ALÍNEA		PÁGINA	

Emenda aditiva à Medida Provisória nº 265, de 14 de novembro de 1990.

Artigo 3º

Incluir, no artigo 3º, o seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º.

"§ 2º - Não havendo o quorum previsto no artigo 5º, será considerada aprovada a proposta apresentada, por escrito, pela instituição de ensino".

JUSTIFICACÃO

Não havendo interesse do usuário dos serviços educacionais, caracterizado por sua ausência, não pode o estabelecimento de ensino ficar impedido de praticar preços necessários, para não ficar à mercê e ao arbítrio da omissão ou indecisão da outra parte interessada.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 52	
nº 265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado AGRIPINO DE OLIVEIRA LIMA FILHO		312	
BATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
22/11/90	3º	2º	
ALÍNEA		PÁGINA	
		01	

EMENDA ADITIVA

Incluir, no artigo 3º, o seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º.

"§ 2º - Não havendo o quorum previsto no artigo 5º, será considerada aprovada a proposta apresentada, por escrito, pela instituição de ensino".

JUSTIFICATIVA

Não havendo interesse do usuário dos serviços educacionais, caracterizado por sua ausência, não pode o estabelecimento de ensino ficar impedido de praticar os preços necessários, para não ficar à mercê e ao arbítrio da omissão ou indecisão da outra parte interessada.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 53	
265, 14 novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Dep. RICARDO IZAR		(360)	
BATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
23/11/90	4º		
ALÍNEA		PÁGINA	
		01/01	

EMENDA SUPRESSIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265 DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

Suprimir o artigo 4º a expressão "da escola".

JUSTIFICATIVA

A supressão é necessária pois, a assembleia de pais é soberana para tornar sem efeito a negociação havida com qualquer associação de pais, seja da escola, estadual ou da federação.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 54	
265 de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputada SANDRA CAVALCANTI		249	
BATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
22/11/90	4º		
ALÍNEA		PÁGINA	
		01/01	

Emenda Substitutiva à Medida Provisória 265, de 14 de novembro de 1990.

Art. 4º

O artigo 4º da Medida Provisória nº 265 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4º Ficam revogados o Decreto-Lei nº 532/69 e seus atos regulamentadores, a Lei nº 8.039/90 e as disposições em contrário".

JUSTIFICATIVA

A expressa revogação dos dispositivos é importante para evitar a dúbia interpretação que tem acompanhado a matéria nos últimos anos.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 55	
265 de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputada SANDRA CAVALCANTI		249	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	PÁGINA
22 / 11 / 90	58		01/01

Emenda Supressiva à Medida Provisória nº 265, de 14 de novembro de 1990

Suprime-se o artigo 58.

JUSTIFICATIVA

A mudança de sistemática sugerida no art. 1º, implica, necessariamente, no abandono dessa chamada "livre negociação", que, na realidade, não é livre nem é negociação, pois representa, apenas, a interferência inconstitucional do MEC na administração financeira das instituições particulares.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 56	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO HELLO ROSAS			
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	PÁGINA
21.11.90	58	1º	01/01

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, de 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O § 1º, do artigo 5º passa a ter a seguinte redação:

"§ 1º - Não terão direito a voto os alunos bolsistas custeados pela instituição e os que se encontram em débito com ela."

JUSTIFICATIVA

Para o verdadeiro equilíbrio, participarão da negociação apenas aqueles que não são beneficiados pela instituição. Os inadimplentes, que já exteriorizaram manifesta impossibilidade de concordarem com qualquer reajuste, bem como os bolsistas, devem ficar fora do processo de negociação.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 57	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado ROBSON MARINHO		363	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	PÁGINA
22.11.90	58	1º	01/01

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, de 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O § 1º, do artigo 5º passa a ter a seguinte redação:
"§ 1º - Não terão direito a voto os alunos bolsistas custeados pela instituição e os que se encontram em débito com ela."

JUSTIFICATIVA

Para o verdadeiro equilíbrio, participarão da negociação apenas aqueles que não são beneficiados pela instituição. Os inadimplentes, que já exteriorizaram manifesta impossibilidade de concordarem com qualquer reajuste, bem como os bolsistas, devem ficar fora do processo de negociação.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 58	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO SAMIR ACHOA		301	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	PÁGINA
21/11/90	58		01/01

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, de 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O § 1º, do artigo 5º passa a ter a seguinte redação:

"§ 1º - Não terão direito a voto os alunos bolsistas custeados pela instituição e os que se encontram em débito com ela."

JUSTIFICATIVA

Para o verdadeiro equilíbrio, participarão da negociação apenas aqueles que não são beneficiados pela instituição. Os inadimplentes, que já exteriorizaram manifesta impossibilidade de concordarem com qualquer reajuste, bem como os bolsistas, devem ficar fora do processo de negociação.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 59	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado Agripino de Oliveira Lima			
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	PÁGINA
21/11/90			01/01

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, de 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O § 1º, do artigo 5º passa a ter a seguinte redação:

"§ 1º - Não terão direito a voto os alunos bolsistas custeados pela instituição e os que se encontram em débito com ela."

JUSTIFICATIVA

Para o verdadeiro equilíbrio, participarão da negociação apenas aqueles que não são beneficiados pela instituição. Os inadimplentes, que já exteriorizaram manifesta impossibilidade de concordarem com qualquer reajuste, bem como os bolsistas, devem ficar fora do processo de negociação.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 60	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado GASTONE RIGHI		372	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	PÁGINA
23 / 11 / 90	59	1º	01/01

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O § 1º do artigo 5º passa a ter a seguinte redação:

"§ 1º - Não terão direito a voto os alunos bolsistas custeados pela instituição e os que se encontram em débito com ela há mais de 90 (noventa) dias".

JUSTIFICATIVA

Para o verdadeiro equilíbrio, participarão da negociação apenas aqueles que não são beneficiados pela instituição.

Os inadimplentes, que já exteriorizaram manifestação de impossibilidade de concordarem com qualquer reajuste, bem como os bolsistas, devem ficar fora do processo de negociação.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 63	
265/90			
AUTOR		CÓDIGO	
DEP NELTON FRIEDRICH		437	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
20 / 10 / 90	6º		III
PÁGINA		01 - 01	

Dê-se ao inciso a seguinte redação:

"III - a instituição apresentará, na reunião ou assembleia, uma proposta, acompanhada de planos de custos, livro de registro de matrícula, devidamente visado pela autoridade, relação de bolsistas e balanço patrimonial relativo aos últimos cinco anos, e demais elementos necessários."

JUSTIFICAÇÃO

Incluímos, na relação de documentos a serem representados pelo estabelecimento de ensino, balanço patrimonial relativo aos últimos cinco anos, por ser ele revelador de situação econômico-financeira da instituição, de forma a que na livre negociação seja esse fator levado em consideração, porque uma entidade não pode ser examinada apenas num determinado momento, mas há pelo menos cinco anos..

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 64	
265/90			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado Guercilino Milhomem		338	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
22 / 11 / 90	6º		III
PÁGINA		1/1	

Dê-se ao inciso III do art. 6º da Medida Provisória nº 265, de 14 de novembro de 1990, a seguinte redação:

"Art. 6º - III - até o quinto dia útil anterior à data prevista para a realização da reunião ou assembleia, a instituição colocará à disposição dos interessados sua proposta, bem como seus planos de custos, livro de registro de matrículas visado pela autoridade competente, relação de alunos bolsistas, balanço patrimonial relativo aos últimos 5 anos, e demais elementos solicitados pelas partes.

§ 1º - A apresentação dessa documentação é obrigatória e imprescindível à realização do processo de negociação."

JUSTIFICATIVA

A redação dada pela Medida Provisória determina que a proposta das instituições de ensino seja apresentada apenas no momento da realização da reunião, ora, isto prejudicaria os pais ou alunos interessados que não teriam tempo para avaliar previamente a proposta. Para corrigir esta falha, apresentamos a presente emenda que estabelece a apresentação com antecedência da proposta das instituições.

Ainda, incluímos o balanço patrimonial do estabelecimento, relativo aos últimos cinco anos, entre os documentos a serem por ele apresentados. Tal elemento é de fundamental importância, por revelar a situação econômico-financeira da instituição no passado recente e por permitir que os alunos tenham argumento convincente para defender mensalidade justa.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 65	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO HELIO ROSAS			
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
21.11.90	6º		IV
PÁGINA		01/01	

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

Substituir no inciso IV, do artº 6º "dez dias úteis" por "cinco dias úteis".

JUSTIFICATIVA

Este encurtamento de prazo visa a propiciar uma maior agilização ao processo da livre negociação que na prática tem se mostrado moroso e cansativo para todos os envolvidos.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 61	
265, 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
RICARDO IZAR		360	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
23 / 11 / 90	5º	2º	
PÁGINA		01/01	

EMENDA MODIFICATIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº-265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O 62º do Artigo 5º passa a ter a seguinte redação:

§2º "Não sendo alcançado o "quorum" previsto neste artigo ou não havendo decisão pela assembleia a instituição de ensino, poderá convocar para as negociações as associações de pais; dev'ndamente regularizadas, na forma do artigo 3º, inciso I, com antecedência de cinco dias úteis.

JUSTIFICATIVA

A presente alteração é necessária na medida que foi sugerida a supressão dos itens b) e d) do inciso II, do Art. 2º.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 62	
265 de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputada SANDRA CAVALCANTE		249	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
22 / 11 / 90	6º	1º e 2º	1, 2, 3 e 4
PÁGINA		01/01	

Emenda Supressiva à Medida Provisória nº 265 de 14 de novembro de 1990.

Suprime-se o artigo 6º, os incisos I, II, III e IV, e os parágrafos 1º e 2º.

JUSTIFICATIVA

A mudança da sistemática sugerida no art. 1º, implica, necessariamente, no abandono dessa chamada "livre negociação", que, na realidade, não é livre nem é negociação, pois representa, apenas, e in terferência inconstitucional do MEC na administração financeira das instituições particulares.

MEDIDA PROVISÓRIA 265, de 14 de novembro de 1990		EMENDA Nº 66	
AUTOR Dep Ricardo Izar		CÓDIGO 360	
DATA 31.11.90	ARTIGO 6º	PARÁGRAFO IV	PÁGINA 01/01

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1.990.

Substituir no inciso IV, do artº 6º "dez dias úteis" por "cinco dias úteis".

JUSTIFICATIVA

Este encurtamento de prazo visa a propiciar uma maior agilização ao processo da livre negociação que na prática tem se mostrado moroso e cansativo para todos os envolvidos.

MEDIDA PROVISÓRIA 265, de 14 de novembro de 1990		EMENDA Nº 67	
AUTOR Deputado ROBSON MARINHO		CÓDIGO 363	
DATA 22.11.90	ARTIGO 6º	PARÁGRAFO IV	PÁGINA 01/01

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1.990.

Substituir no inciso IV, do artº 6º "dez dias úteis" por "cinco dias úteis".

JUSTIFICATIVA

Este encurtamento de prazo visa a propiciar uma maior agilização ao processo da livre negociação que na prática tem se mostrado moroso e cansativo para todos os envolvidos.

MEDIDA PROVISÓRIA 265, de 14 de novembro de 1990		EMENDA Nº 68	
AUTOR DEPUTADO SAMIR ACHOA		CÓDIGO 301	
DATA 11/11/90	ARTIGO 6º	PARÁGRAFO IV	PÁGINA 01/01

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1.990.

Substituir no inciso IV, do artº 6º "dez dias úteis" por "cinco dias úteis".

JUSTIFICATIVA

Este encurtamento de prazo visa a propiciar uma maior agilização ao processo da livre negociação que na prática tem se mostrado moroso e cansativo para todos os envolvidos.

MEDIDA PROVISÓRIA 265, de 14 de novembro de 1990		EMENDA Nº 69	
AUTOR Deputado Antonio Carlos Mendes Thame		CÓDIGO	
DATA 21/11/90	ARTIGO	PARÁGRAFO	PÁGINA 01/01

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1.990.

Substituir no inciso IV, do artº 6º "dez dias úteis" por "cinco dias úteis".

JUSTIFICATIVA

Este encurtamento de prazo visa a propiciar uma maior agilização ao processo da livre negociação que na prática tem se mostrado moroso e cansativo para todos os envolvidos.

MEDIDA PROVISÓRIA 265, de 14 de novembro de 1990		EMENDA Nº 70	
AUTOR DEPUTADO HELTO ROSA		CÓDIGO	
DATA 21.11.90	ARTIGO 6º	PARÁGRAFO 2º	PÁGINA 01/01

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1.990.

O § 2º do art. 6º passa a ter a seguinte redação:

"§ 2º - As negociações adotarão como base os preços homologados pelos Conselhos de Educação ou os fixados nas negociações anteriores."

JUSTIFICATIVA

Esta alteração se faz necessária considerando-se a nova redação proposta para o artigo 1º.

MEDIDA PROVISÓRIA 265, de 14 de novembro de 1990		EMENDA Nº 71	
AUTOR Dep Ricardo Izar		CÓDIGO 360	
DATA 21.11.90	ARTIGO 6º	PARÁGRAFO 2º	PÁGINA 01/01

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1.990.

O § 2º do art. 6º passa a ter a seguinte redação:

"§ 2º - As negociações adotarão como base os preços homologados pelos Conselhos de Educação ou os fixados nas negociações anteriores."

JUSTIFICATIVA

Esta alteração se faz necessária considerando-se a nova redação proposta para o artigo 1º.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 72	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado RUBSON MARINHO		363	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
22.11.90	6º	2º	
ALÍNEA		PÁGINA	
		01/01	
<p>EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVENBRO DE 1.990.</p> <p>O § 2º do art. 6º passa a ter a seguinte redação:</p> <p>“§ 2º - As negociações adotarão como base os preços homologados pelos Conselhos de Educação ou os fixados nas negociações anteriores.”</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>Esta alteração se faz necessária considerando-se nova redação proposta para o artigo 10.</p>			

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 75	
265 de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputada SANDRA CAVALCANTI		249	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
22 / 11 / 90	7º	único	
ALÍNEA		PÁGINA	
		01/01	
<p>Emenda Supressiva à Medida Provisória nº 265, de 14 de novembro de 1990</p> <p>Suprima-se o artigo 7º e seu parágrafo único.</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>A supressão do artigo 7º e seu parágrafo único decorre da supressão dos artigos anteriores.</p>			

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 73	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO SAMIR ACHOA		301	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
21/11/90	6º		2º
ALÍNEA		PÁGINA	
		01/01	
<p>EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVENBRO DE 1.990.</p> <p>O § 2º do art. 6º passa a ter a seguinte redação:</p> <p>- As negociações adotarão como base os preços homologados pelos Conselhos de Educação ou os fixados nas negociações anteriores.”</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>Esta alteração se faz necessária considerando-se a nova redação proposta para o artigo 10.</p>			

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 76	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado Antonio Carlos Mendes Thame			
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
21/11/90			
ALÍNEA		PÁGINA	
		01/01	
<p>EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVENBRO DE 1990.</p> <p>Acrescentar ao artigo 7º o parágrafo único do artigo 8º, que passa a ser § 2º.</p> <p>Desta forma, o parágrafo único do artigo 7º passa a ser § 1º.</p> <p>“§ 2º - Proferido o laudo arbitral, o reajuste nele estabelecido terá aplicação imediata. Se as partes admitirem cláusula de recurso, a eventual diferença será reposta nos termos da decisão em grau de recurso.”</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>O deslocamento do parágrafo único do art. 8º para o art. 7º se prende ao fato deste tratar do juízo arbitral.</p>			

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 74	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado Paes Landi		301	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
23/11/90			
ALÍNEA		PÁGINA	
		01/01	
<p>EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVENBRO DE 1.990.</p> <p>O § 2º do art. 6º passa a ter a seguinte redação:</p> <p>“§ 2º - As negociações adotarão como base os preços homologados pelos Conselhos de Educação ou os fixados nas negociações anteriores.”</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>Esta alteração se faz necessária considerando-se a nova redação proposta para o artigo 10.</p>			

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 77	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO SAMIR ACHOA		301	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
21/11/90	7º		
ALÍNEA		PÁGINA	
		01/01	
<p>EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVENBRO DE 1990.</p> <p>Acrescentar ao artigo 7º o parágrafo único do artigo 8º, que passa a ser § 2º.</p> <p>Desta forma, o parágrafo único do artigo 7º passa a ser § 1º.</p> <p>“§ 2º - Proferido o laudo arbitral, o reajuste nele estabelecido terá aplicação imediata. Se as partes admitirem cláusula de recurso, a eventual diferença será reposta nos termos da decisão em grau de recurso.”</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>O deslocamento do parágrafo único do art. 8º para o art. 7º se prende ao fato deste tratar do juízo arbitral.</p>			

MEDIDA PROVISÓRIA 265, de 14 de novembro de 1990		EMENDA Nº 78	
AUTOR Deputado ROSSON MARINHO		CÓDIGO 363	
DATA 22.11.90	ARTIGO 78	PARÁGRAFO INCISO	PÁGINA 01/01

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

Acrescentar ao artigo 70 o parágrafo único do artigo 80, que passa a ser § 2º.

Desta forma, o parágrafo único do artigo 70 passa a ser § 1º.

§ 2º - Proferido o laudo arbitral, o reajuste nele estabelecido terá aplicação imediata. Se as partes admitirem cláusula de recurso, a eventual diferença será reposta nos termos da decisão em grau de recurso."

JUSTIFICATIVA

O deslocamento do parágrafo único do art. 80 para o art. 70 se prende ao fato deste tratar do juízo arbitral.

MEDIDA PROVISÓRIA 265, de 14 de novembro de 1990		EMENDA Nº 79	
AUTOR DEPUTADO HELIO ROSAS		CÓDIGO	
DATA 21.11.90	ARTIGO 78	PARÁGRAFO INCISO	PÁGINA 01/01

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

Acrescentar ao artigo 70 o parágrafo único do artigo 80, que passa a ser § 2º.

Desta forma, o parágrafo único do artigo 70 passa a ser § 1º.

§ 2º - Proferido o laudo arbitral, o reajuste nele estabelecido terá aplicação imediata. Se as partes admitirem cláusula de recurso, a eventual diferença será reposta nos termos da decisão em grau de recurso."

JUSTIFICATIVA

O deslocamento do parágrafo único do art. 80 para o art. 70 se prende ao fato deste tratar do juízo arbitral.

MEDIDA PROVISÓRIA 265, de 14 de novembro de 1990		EMENDA Nº 80	
AUTOR Dep. Ricardo Izar		CÓDIGO 360	
DATA 21.11.90	ARTIGO 7º	PARÁGRAFO único	PÁGINA 01/01

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

Acrescentar ao artigo 70 o parágrafo único do artigo 80, que passa a ser § 2º.

Desta forma, o parágrafo único do artigo 70 passa a ser § 1º.

§ 2º - Proferido o laudo arbitral, o reajuste nele estabelecido terá aplicação imediata. Se as partes admitirem cláusula de recurso, a eventual diferença será reposta nos termos da decisão em grau de recurso."

JUSTIFICATIVA

O deslocamento do parágrafo único do art. 80 para o art. 70 se prende ao fato deste tratar do juízo arbitral.

MEDIDA PROVISÓRIA 265, de 14 de novembro de 1990		EMENDA Nº 81	
AUTOR DEPUTADO SAMIR ACHOA		CÓDIGO 301	
DATA 21/11/90	ARTIGO 80	PARÁGRAFO INCISO	PÁGINA 01/01

EMENDA SUPRESSIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1.990.

Suprimir o "caput" do art. 80

JUSTIFICATIVA

Este artigo é inócuo considerando-se que o nele contido já está previsto em lei.

Além disso, devido às inúmeras reedições do texto desta Medida Provisória, a fixação e cobrança das mensalidades escolares para o ano de 1990 já está praticamente superado.

Os casos pendentes estão sendo resolvidos pelos órgãos de fiscalização e pela Justiça.

É necessário ainda esclarecer que o previsto no "caput" deste artigo contradiz as normas previstas na nova redação proposta para o artigo 1º.

MEDIDA PROVISÓRIA 265, de 14 de novembro de 1990		EMENDA Nº 82	
AUTOR DEPUTADO HELIO ROSAS		CÓDIGO	
DATA 21.11.90	ARTIGO 80	PARÁGRAFO INCISO	PÁGINA 01/01

EMENDA SUPRESSIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1.990.

Suprimir o "caput" do art. 80

JUSTIFICATIVA

Este artigo é inócuo considerando-se que o nele contido já está previsto em lei.

Além disso, devido às inúmeras reedições do texto desta Medida Provisória, a fixação e cobrança das mensalidades escolares para o ano de 1990 já está praticamente superado.

Os casos pendentes estão sendo resolvidos pelos órgãos de fiscalização e pela Justiça.

É necessário ainda esclarecer que o previsto no "caput" deste artigo contradiz as normas previstas na nova redação proposta para o artigo 1º.

MEDIDA PROVISÓRIA 265, de 14 de novembro de 1990		EMENDA Nº 83	
AUTOR Deputado ROSSON MARINHO		CÓDIGO 363	
DATA 22.11.90	ARTIGO 80	PARÁGRAFO INCISO	PÁGINA 01/01

EMENDA SUPRESSIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1.990.

Suprimir o "caput" do art. 80

JUSTIFICATIVA

Este artigo é inócuo considerando-se que o nele contido já está previsto em lei.

Além disso, devido às inúmeras reedições do texto desta Medida Provisória, a fixação e cobrança das mensalidades escolares para o ano de 1990 já está praticamente superado.

Os casos pendentes estão sendo resolvidos pelos órgãos de fiscalização e pela Justiça.

É necessário ainda esclarecer que o previsto no "caput" deste artigo contradiz as normas previstas na nova redação proposta para o artigo 19.

MEDIDA PROVISÓRIA

265, de 14 de novembro de 1990

EMENDA Nº 84

AUTOR

Dep. Ricardo Izar

CÓDIGO

360

DATA

21-11-90

ARTIGO

8º

PARÁGRAFO

Caput

INCISO

ALÍNEA

PÁGINA

01/01

TEXTO

EMENDA SUPRESSIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1.990.

Suprimir o "caput" do art. 8º

JUSTIFICATIVA

Este artigo é inócuo considerando-se que o nele contido já está previsto em lei.

Além disso, devido às inúmeras reedições do texto desta Medida Provisória, a fixação e cobrança das mensalidades escolares para o ano de 1990 já está praticamente superado.

Os casos pendentes estão sendo resolvidos pelos órgãos de fiscalização e pela Justiça.

É necessário ainda esclarecer que o previsto no "caput" deste artigo contradiz as normas previstas na nova redação proposta para o artigo 19.

MEDIDA PROVISÓRIA

265 de 14 de novembro de 1990

EMENDA Nº 85

AUTOR

Deputada SANDRA CAVALCANTI

CÓDIGO

249

DATA

22 / 11 / 90

ARTIGO

8º

PARÁGRAFO

Único

INCISO

ALÍNEA

PÁGINA

01/01

TEXTO

Emenda Supressiva à Medida Provisória nº 265, de 14 de novembro de 1990

Suprima-se o artigo 8º e seu parágrafo único.

JUSTIFICATIVA

A supressão do artigo 8º e seu parágrafo único decorre da supressão dos artigos anteriores.

MEDIDA PROVISÓRIA

265 de 14 de novembro de 1990

EMENDA Nº 86

AUTOR

Deputada SANDRA CAVALCANTI

CÓDIGO

249

DATA

22 / 11 / 90

ARTIGO

9º

PARÁGRAFO

Único

INCISO

ALÍNEA

PÁGINA

01/02

TEXTO

Emenda Supressiva à Medida Provisória nº 265, de 14 de novembro de 1990.

Suprima-se o artigo 9º e seu parágrafo único.

JUSTIFICATIVA

Este artigo da Medida Provisória como Medida Provisória 265/90 é uma novidade em relação às medidas 176, 183, 207 e 223, através das

quais, de forma desastrosa e ineficaz, além de inconstitucional, o Poder Executivo tentou encontrar uma solução para o problema de atualização dos valores cobrados pelas entidades que integram a rede privada de ensino, problema este decorrente das profundas modificações promovidas pelo Plano Collor na economia do país.

Fez parte desta filosofia, a providência de não serem brutalmente repassados, para os usuários, os aumentos de preços praticados pelos produtores e pelos prestadores de serviços. No caso dos produtos, os aumentos puderam ser minimizados, na medida em que se exigiu maior eficiência e menores custos na composição do preço final. E, dentro das mesmas idéias, ficaram controlados os repasses provenientes de reajustes salariais.

No entanto, na área da prestação de serviços de educação, não há como exigir menores custos e maior eficiência de produção, pois que não se trata de linha de fabricação. Existem estudos, muito bem feitos, que comprovam estes fatos. Na oferta de um serviço de educação e ensino, mais de 70% (setenta por cento), é representado pelo trabalho do professor ou do profissional de educação. É impossível reajustar salários neste setor, sem repassá-los, na proporção justa, para os preços a serem cobrados pelos serviços.

Aliás, o próprio poder público está às voltas com o mesmo problema, na área das suas entidades federais. A diferença é que quem vai pagar a conta das entidades federais é o inocente contribuinte, que desconhece, totalmente, esta sua responsabilidade. Portanto, o artigo 9º, que se choca com os artigos 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Medida Provisória, admitindo o fracasso de todos estes artigos e criando uma nova situação, comete um grave equívoco quando tenta autorizar o Ministério da Educação a ser o fixador e o concessionário de reajustes de preços que não são públicos.

Além de descumprir a Lei 8.028, que no artigo 19, inciso III, define claramente as atribuições do Ministério da Educação, limitando-as de forma muito clara, o artigo 9º pode propiciar uma das mais arbitrárias formas de escusos e inexplicáveis acertos entre interessados e autoridades, responsáveis pela correção no trato da coisa pública.

Poderão ser montados processos perfeitos, que serão apresentados ao MEC (e a Medida Provisória não diz a quem, nem como e nem de que maneira), que, analisados (não se sabe por quem e não se sabe fiscalizados por quem) terão aceitas as suas solicitações, de forma legal, mas obscura.

Por estas razões, considero o artigo 9º extremamente pernicioso para um processo de atuação administrativa que, segundo o Presidente Collor, deve ser transparente e está sujeito à fiscalização do maior interessado em tudo isto, que é o povo brasileiro.

MEDIDA PROVISÓRIA

265, de 14 de novembro de 1990

EMENDA Nº 87

AUTOR

Deputado Agripino de Oliveira Lima

CÓDIGO

Filho

DATA

21/11/90

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

PÁGINA

01/02

TEXTO

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O art. 9º passa a ter a seguinte redação:

"ART. 9º

Encerradas as negociações no prazo de 05 (cinco) dias úteis, e não havendo acordo fica a instituição de ensino obrigada a requerer a concessão de reajuste aos Conselhos de Educação a que se encontra jurisdicionada, juntando, para tanto, a proposta acompanhada dos elementos constitutivos dos custos e receitas, para julgamento do respectivo Conselho, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO ÚNICO

Da decisão dos Conselhos Estaduais e do Distrito Federal, ou em falta de julgamento no prazo do "caput" deste artigo, caberá recurso ao Conselho Federal de Educação, que decidirá em 30 (trinta dias)."

JUSTIFICATIVA.

A nova redação do artº 9º visa a enviar aos Conselhos de Educação as propostas das instituições de ensino que não conseguiram acordo no processo de livre negociação.

É inquestionável que os Conselhos de Educação, que conhecem melhor a realidade de cada escola, sejam os órgãos de decisão nesses casos.

Por serem órgãos compostos por vários educadores das mais variadas tendências, e ainda suas decisões discutidas e votadas em sessão pública, os Conselhos de Educação representam um fórum mais democrático e transparente para a solução do impasse.

"Art. 9º - Se os pais de alunos ou os representantes do corpo discente se recusarem a dar início às negociações, ou não firmarem o compromisso de juízo arbitral, será considerada aprovada a proposta apresentada, por escrito, pela instituição de ensino".

JUSTIFICAÇÃO

Não havendo interesse do usuário dos serviços educacionais, caracterizado por sua ausência, não pode o estabelecimento de ensino ficar impedido de praticar os preços necessários, para não ficar à mercê e ao arbítrio da omissão ou indecisão da outra parte interessada.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 88	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO SAMIR ACHOA		301	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	LÍNEA
21/11/90	90		01/02

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O art. 9º passa a ter a seguinte redação:

"ART.9º - Encerradas as negociações no prazo de 05 (cinco) dias úteis, e não havendo acordo fica a instituição de ensino obrigada a requerer a concessão de reajuste aos Conselhos de Educação a que se encontra jurisdicionada, juntando, para tanto, a proposta acompanhada dos elementos constitutivos dos custos e receitas, para julgamento do respectivo Conselho, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO ÚNICO - Da decisão dos Conselhos Estaduais e do Distrito Federal, ou em falta de julgamento no prazo do "caput" deste artigo, caberá recurso ao Conselho Federal de Educação, que decidirá em 30 (trinta dias)."

JUSTIFICATIVA

A nova redação do artº 9º visa a enviar aos Conselhos de Educação as propostas das instituições de ensino que não conseguiram acordo no processo de livre negociação.

É inquestionável que os Conselhos de Educação, que conhecem melhor a realidade de cada escola, sejam os órgãos de decisão nesses casos.

Por serem órgãos compostos por vários educadores das mais variadas tendências, e ainda suas decisões discutidas e votadas em sessão pública, os Conselhos de Educação representam um fórum mais democrático e transparente para a solução do impasse.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 90	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Dep. Ricardo Jozan		360	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	LÍNEA
21-11-90	90	Único	01/02

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O art. 9º passa a ter a seguinte redação:

"ART.9º - Encerradas as negociações no prazo de 05 (cinco) dias úteis, e não havendo acordo fica a instituição de ensino obrigada a requerer a concessão de reajuste aos Conselhos de Educação a que se encontra jurisdicionada, juntando, para tanto, a proposta acompanhada dos elementos constitutivos dos custos e receitas, para julgamento do respectivo Conselho, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO ÚNICO - Da decisão dos Conselhos Estaduais e do Distrito Federal, ou em falta de julgamento no prazo do "caput" deste artigo, caberá recurso ao Conselho Federal de Educação, que decidirá em 30 (trinta dias)."

JUSTIFICATIVA

A nova redação do artº 9º visa a enviar aos Conselhos de Educação as propostas das instituições de ensino que não conseguiram acordo no processo de livre negociação.

É inquestionável que os Conselhos de Educação, que conhecem melhor a realidade de cada escola, sejam os órgãos de decisão nesses casos.

Por serem órgãos compostos por vários educadores das mais variadas tendências, e ainda suas decisões discutidas e votadas em sessão pública, os Conselhos de Educação representam um fórum mais democrático e transparente para a solução do impasse.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 89	
nº 265 de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado Arnaldo Prieto			
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	LÍNEA
21 / 11 / 90	90	Único	

Emenda substitutiva à Medida Provisória nº 265, de 14 de novembro de 1990.

Artigo 9º.

O artigo 9º da Medida Provisória nº 265/90, e seu parágrafo único, passam a ter a seguinte redação:

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 91	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO HELIO ROSAS			
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	LÍNEA
21.11.90	90		01/02

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O art. 9º passa a ter a seguinte redação:

"ART.9º - Encerradas as negociações no prazo de 05 (cinco) dias úteis, e não havendo acordo fica a instituição de ensino obrigada a requerer a concessão de reajuste aos Conselhos de Educação a que se encontra

jurisdicionada, juntando, para tanto, a proposta acompanhada dos elementos constitutivos dos custos e receitas, para julgamento do respectivo Conselho, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO ÚNICO - Da decisão dos Conselhos Estaduais e do Distrito Federal, ou em falta de julgamento no prazo do "caput" deste artigo, caberá recurso ao Conselho Federal de Educação, que decidirá em 30 (trinta dias). "

JUSTIFICATIVA

A nova redação do artº 9º visa a enviar aos Conselhos de Educação as propostas das instituições de ensino que não conseguirem acordo no processo de livre negociação.

É inquestionável que os Conselhos de Educação, que conhecem melhor a realidade de cada escola, sejam os órgãos de decisão nesses casos.

Por serem órgãos compostos por vários educadores das mais variadas tendências, e ainda suas decisões discutidas e votadas em sessão pública, os Conselhos de Educação representam um fórum mais democrático e transparente para a solução do impasse.

265, de 14 de novembro de 1990

EMENDA Nº 92

Deputado ROUSON MARINHO

363

22.11.90

9º

01/02

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O art. 9º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 9º - Encerradas as negociações no prazo de 05 (cinco) dias úteis, e não havendo acordo fica a instituição de ensino obrigada a requerer a concessão de reajuste aos Conselhos de Educação a que se encontra jurisdicionada, juntando, para tanto, a proposta acompanhada dos elementos constitutivos dos custos e receitas, para julgamento do respectivo Conselho, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO ÚNICO - Da decisão dos Conselhos Estaduais e do Distrito Federal, ou em falta de julgamento no prazo do "caput" deste artigo, caberá recurso ao Conselho Federal de Educação, que decidirá em 30 (trinta dias). "

JUSTIFICATIVA

A nova redação do artº 9º visa a enviar aos Conselhos de Educação as propostas das instituições de ensino que não conseguirem acordo no processo de livre negociação.

É inquestionável que os Conselhos de Educação, que conhecem melhor a realidade de cada escola, sejam os órgãos de decisão nesses casos.

Por serem órgãos compostos por vários educadores das mais variadas tendências, e ainda suas decisões discutidas e votadas em sessão pública, os Conselhos de Educação representam um fórum mais democrático e transparente para a solução do impasse.

265, de 14 de novembro de 1990.

EMENDA Nº 93

Deputado AGRIPINO DE OLIVEIRA LIMA FILHO

312

22, 11, 90

9º

01

EMENDA SUBSTITUTIVA

Art. 9º e seu parágrafo único passam a ter a seguinte redação:

"Art. 9º - Encerradas as negociações no prazo de 10 (dez) dias úteis e não havendo acordo ou instalação de juízo arbitral, fica a instituição de ensino autorizada a requerer a concessão de reajuste aos Conselhos de Educação a que se encontra jurisdicionada, juntando, para tanto, a proposta, acompanhada dos elementos constitutivos dos custos e receitas, para julgamento do respectivo Conselho, no prazo de 10 (dez) dias".

"Parágrafo Único - Da decisão dos Conselhos Estaduais e do Distrito Federal, ou em falta de julgamento no prazo do caput deste artigo, caberá recurso ao Conselho Federal de Educação, que decidirá em 10 (dez) dias".

JUSTIFICATIVA

A instância adequada para examinar a questão relativa aos encargos educacionais, mantida a chamada "Livre Negociação" das mensalidades escolares, é a Comissão de Encargos Educacionais, existente em cada Conselho de Educação e criada por lei (Dec. Lei nº 532, de 16/04/69).

A experiência dessas comissões, ao longo dos últimos 20 anos, não pode ser ignorada, especialmente nos momentos de impasse, quando o acordo entre as partes interessadas não for possível, para a fixação dos preços dos serviços educacionais.

Os Conselhos de Educação dispõem, assim, de instrumentos aperfeiçoados e de pessoal experiente para servir de instância final às questões relativas aos encargos educacionais.

265, de 14 de novembro de 1990.

EMENDA Nº 94

Deputado AGRIPINO DE OLIVEIRA LIMA FILHO

312

22, 11, 90

9º

Único

01

EMENDA SUBSTITUTIVA

O artigo 9º da Medida Provisória nº 165/90, e seu parágrafo único, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 9º - Se os pais de alunos ou os representantes do corpo discente se recusarem a dar início às negociações, ou não firmarem o compromisso de juízo arbitral, será considerada aprovada a proposta apresentada, por escrito, pela instituição de ensino".

JUSTIFICAÇÃO

Não havendo interesse do usuário dos serviços educacionais, caracterizado por sua ausência, não pode o estabelecimento de ensino ficar impedido de praticar os preços necessários, para não ficar à mercê e ao arbítrio da omissão ou indecisão da outra parte interessada.

265, de 14 de novembro de 1990.

EMENDA Nº 95

Deputado Arnaldo Pinto

312

19, 11, 90

9º

Único

01

Emenda Substitutiva à Medida Provisória nº 265, de 14 de novembro de 1990.

Artigo 9º e Parágrafo Único

O art. 9º e seu parágrafo único passam a ter a seguinte redação:

"Art. 9º - Encerradas as negociações no prazo de 10 (dez) dias úteis e não havendo acordo ou instalação de juízo arbitral, fica a instituição de ensino autorizada a requerer a concessão de reajuste aos Conselhos de Educação a que se encontrará jurisdicionada, juntando, para tanto, a proposta, acompanhada dos elementos constitutivos dos custos e receitas, para julgamento do respectivo Conselho, no prazo de 10 (dez) dias".

"Parágrafo único: Da decisão dos Conselhos Estaduais e do Distrito Federal, ou em falta de julgamento no prazo do caput deste artigo, caberá recurso ao Conselho Federal de Educação, que decidirá em 10 (dez) dias".

JUSTIFICATIVA

A instância adequada para examinar a questão relativa aos encargos educacionais, mantida a chamada "Livre Negociação" das mensalidades escolares, é a Comissão de Encargos Educacionais, existente em cada Conselho de Educação e criada por lei (Dec. Lei nº 532, de 16/04/69).

A experiência dessas comissões, ao longo dos últimos 20 anos, não pode ser ignorada, especialmente nos momentos de impasse quando o acordo entre as partes interessadas não for possível, para a fixação dos preços dos serviços educacionais.

Os Conselhos de Educação dispõem, assim, de instrumentos aperfeiçoados e de pessoal experimentado para servir de instância final às questões relativas aos encargos educacionais.

Medida Provisória

nº 265, de 14 de novembro de 1990

EMENDA Nº 96

Autor

Deputado Arnaldo Prieto

Código

Artigo Parágrafo Inciso Alínea

2

10

Página

Título

Emenda Substitutiva à Medida Provisória nº 265, de 14 de novembro de 1990.

Artigo 10

O art. 10 da Medida Provisória nº 265, de 14 de novembro de 1990, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 10 - As unidades da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC e as universidades terão suas mensalidades estabelecidas naquelas, ao nível de cada escola, pelas respectivas diretorias dos Conselhos Comunitários Cenevistas, integradas pelos sócios e pais de alunos, e, nestas, pelo Conselho Universitário, composto por representantes da comunidade, professores, alunos e mantenedora".

JUSTIFICATIVA

O Conselho Universitário é, por lei, integrado por representantes da comunidade, dos corpos discente e docente e dos dirigentes da instituição. São, portanto, representantes das partes envolvidas em todo o processo educacional e dos critérios de suas correções.

A nova redação do art. 10 tem por objetivo, ainda, respeitar o art. 207 da Constituição Federal, que garante a autonomia das instituições universitárias.

Medida Provisória

265, de 14 de novembro de 1990

EMENDA Nº 97

Autor

DEPUTADO SANIR ACHOA

Código

301

Data

21/11/90

Artigo

109

Parágrafo

Inciso

Alínea

Página

01/02

Título

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265 DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O artigo 10 passa a ter a seguinte redação:

"As unidades da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC e as Universidades terão suas mensalidades estabelecidas, naquelas, ao nível de cada escola, pelas respectivas diretorias dos Conselhos Comunitários Cenevistas, integradas pelos sócios e pais de alunos; e nestas pelo Conselho Universitário, composto por representantes da comunidade, professores, alunos e mantenedora."

JUSTIFICATIVA

Assim como as instituições pertencentes à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC, as Universidades prestam também um relevante serviço comunitário, principalmente assistindo a população carente com serviços de atendimento médico, odontológico,

psicológico, fisioterapêutico, advocatício, entre outros, de forma gratuita na maioria das vezes ou, quando muito, a preço de custo.

As Universidades são também entidades sem fins lucrativos, aplicando suas receitas nas áreas do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo assim para a melhoria do nível sócio-econômico e cultural de nossa população.

Importante ainda é observar o que dispõe o artigo 207 da Constituição Federal de 1.988.

"ART. 207 - As Universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

Assim, por todos esses fatos, é necessário que se entregue às Universidades a gestão de sua receita e custos, onde o Conselho Universitário - órgão superior da instituição constituído por representantes de alunos, professores, comunidade e administração - possa estabelecer os critérios de reajustes e valores das mensalidades.

Medida Provisória

265, de 14 de novembro de 1990

EMENDA Nº 98

Autor

DEPUTADO HELIO ROSAS

Código

Data

21.11.90

Artigo

10

Parágrafo

Inciso

Alínea

Página

01/02

Título

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265 DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O artigo 10 passa a ter a seguinte redação:

"As unidades da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC e as Universidades terão suas mensalidades estabelecidas, naquelas, ao nível de cada escola, pelas respectivas diretorias dos Conselhos Comunitários Cenevistas, integradas pelos sócios e pais de alunos; e nestas pelo Conselho Universitário, composto por representantes da comunidade, professores, alunos e mantenedora."

JUSTIFICATIVA

Assim como as instituições pertencentes à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC, as Universidades prestam também um relevante serviço comunitário, principalmente assistindo a população carente com serviços de atendimento médico, odontológico, psicológico, fisioterapêutico, advocatício, entre outros, de forma gratuita na maioria das vezes ou, quando muito, a preço de custo.

As Universidades são também entidades sem fins lucrativos, aplicando suas receitas nas áreas do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo assim para a melhoria do nível sócio-econômico e cultural de nossa população.

Importante ainda é observar o que dispõe o artigo 207 da Constituição Federal de 1.988.

"ART. 207 - As Universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

Assim, por todos esses fatos, é necessário que se entregue às Universidades a gestão de sua receita e custos, onde o Conselho Universitário - órgão superior da instituição constituído por representantes de alunos, professores, comunidade e administração - possa estabelecer os critérios de reajustes e valores das mensalidades.

Medida Provisória

265, de 14 de novembro de 1990

EMENDA Nº 99

Autor

Dep. Ricardo Dias

Código

360

Data

21-11-90

Artigo

10

Parágrafo

Inciso

Alínea

Página

01/02

Título

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265 DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O artigo 10 passa a ter a seguinte redação:

"As unidades da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC e as Universidades terão suas mensalidades estabelecidas, naquelas, ao nível de cada escola, pelas respectivas diretorias dos Conselhos Comunitários - rios Cenevistas, integradas pelos sócios e pais de alunos; e nestas pelo Conselho Universitário, composto por representantes da comunidade, professores, alunos e mantenedora."

JUSTIFICATIVA

Assim como as instituições pertencentes à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC, as Universidades prestam também um relevante serviço comunitário, principalmente assistindo a população carente com serviços de atendimento médico, odontológico, psicológico, fisioterapêutico, advocatício, entre outros, de forma gratuita na maioria das vezes ou, quando muito, a preço de custo.

As Universidades são também entidades sem fins lucrativos, aplicando suas receitas nas áreas do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo assim para a melhoria do nível sócio-econômico e cultural de nossa população.

Importante ainda é observar o que dispõe o artigo 207 da Constituição Federal de 1.988.

"ART.207 - As Universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

Assim, por todos esses fatos, é necessário que se entregue às Universidades a gestão de sua receita e custos, onde o Conselho Universitário - órgão superior da instituição constituído por representantes de alunos, professores, comunidade e administração - possa estabelecer os critérios de reajustes e valores das mensalidades.

EMENDA Nº 100

MEDIDA PROVISÓRIA

265, de 14 de novembro de 1990

AUTOR

Deputado ROBSON MARINHO

CÓDIGO

363

DATA

22.11.90

ARTIGO

10º

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

PÁGINA

01/02

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265 DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O artigo 10 passa a ter a seguinte redação:

"As unidades da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC e as Universidades terão suas mensalidades estabelecidas, naquelas, ao nível de cada escola, pelas respectivas diretorias dos Conselhos Comunitários - rios Cenevistas, integradas pelos sócios e pais de alunos; e nestas pelo Conselho Universitário, composto por representantes da comunidade, professores, alunos e mantenedora."

JUSTIFICATIVA

Assim como as instituições pertencentes à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC, as Universidades prestam também um relevante serviço comunitário, principalmente assistindo a população carente com serviços de atendimento médico, odontológico, psicológico, fisioterapêutico, advocatício, entre outros, de forma gratuita na maioria das vezes ou, quando muito, a preço de custo.

As Universidades são também entidades sem fins lucrativos, aplicando suas receitas nas áreas do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo assim para a melhoria do nível sócio-econômico e cultural de nossa população.

Importante ainda é observar o que dispõe o artigo 207 da Constituição Federal de 1.988.

"ART.207 - As Universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

Assim, por todos esses fatos, é necessário que se entregue às Universidades a gestão de sua receita e custos, onde o Conselho Universitário - órgão superior da instituição constituído por representantes de alunos, professores, comunidade e administração - possa estabelecer os critérios de reajustes e valores das mensalidades.

EMENDA Nº 101

MEDIDA PROVISÓRIA

265, de 14 de novembro de 1990

AUTOR

Deputado Agripino de Oliveira Lima

CÓDIGO

Filia

DATA

21/11/90

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

PÁGINA

01/02

EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265 DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

O artigo 10 passa a ter a seguinte redação:

"As unidades da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC e as Universidades terão suas mensalidades estabelecidas, naquelas, ao nível de cada escola, pelas respectivas diretorias dos Conselhos Comunitários - rios Cenevistas, integradas pelos sócios e pais de alunos; e nestas pelo Conselho Universitário, composto por representantes da comunidade, professores, alunos e mantenedora."

JUSTIFICATIVA

Assim como as instituições pertencentes à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC, as Universidades prestam também um relevante serviço comunitário, principalmente assistindo a população carente com serviços de atendimento médico, odontológico, psicológico, fisioterapêutico, advocatício, entre outros, de forma gratuita na maioria das vezes ou, quando muito, a preço de custo.

As Universidades são também entidades sem fins lucrativos, aplicando suas receitas nas áreas do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo assim para a melhoria do nível sócio-econômico e cultural de nossa população.

Importante ainda é observar o que dispõe o artigo 207 da Constituição Federal de 1.988.

"ART.207 - As Universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

Assim, por todos esses fatos, é necessário que se entregue às Universidades a gestão de sua receita e custos, onde o Conselho Universitário - órgão superior da instituição constituído por representantes de alunos, professores, comunidade e administração - possa estabelecer os critérios de reajustes e valores das mensalidades.

EMENDA Nº 102

MEDIDA PROVISÓRIA

265, de 14 de novembro de 1990.

AUTOR

Deputado AGRIPIÑO DE OLIVEIRA LIMA FILHO

CÓDIGO

312

DATA

22, 11, 90

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

PÁGINA

01

EMENDA SUBSTITUTIVA

Art. 10º da Medida Provisória nº 265, de 14 de novembro de 1990, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 10º - As unidades da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC e as universidades terão suas mensalidades estabelecidas naquelas, ao nível de cada escola, pelas respectivas diretorias dos Conselhos Comunitários Cenevistas, integradas pelos sócios e pais de alunos, e, nestas, pelo Conselho Universitário, composto por representantes da comunidade, professores, alunos e mantenedora".

JUSTIFICATIVA

O Conselho Universitário é, por lei, integrado por representantes da comunidade, dos corpos discente e docente e dos dirigentes da instituição. São, portanto, representantes das partes envolvidas em todo o processo educacional e dos critérios de suas correções.

A nova redação do art. 10º tem por objetivo, ainda, respeitar o art. 207 da Constituição federal, que garante a autonomia das instituições universitárias.

EMENDA Nº 103

Medida Provisória nº 265, de 14 de novembro de 1990

AUTOR

Deputado AGRIPINO DE OLIVEIRA LIMA FILHO

CÓDIGO

312

DATA
22 / 11 / 90

ARTIGO

109

PARÁGRAFO

Único

INÍCIO

ALÍNEA

FOLHA

01

EMENDA ADITIVA

Acrescentar, no Art. 109, o Parágrafo Único seguinte.

Parágrafo Único - As Universidades fixarão os seus encargos educacionais por intermédio dos Conselhos Universitários, composto por representantes da comunidade, dos alunos, dos professores e da instituição.

JUSTIFICATIVA

Assim como as instituições mantidas pela CNEC, as Instituições possuem um órgão colegiado comunitário - o Conselho Universitário - que por lei, deve ser integrado por representantes da comunidade, dos alunos, dos professores e da própria instituição. É, portanto, o organismo adequado para fixar os preços dos serviços educacionais das Universidades.

Assegura-se, por outro lado, a autonomia universitária, nos termos do art. 207 da Constituição Federal de 1988.

EMENDA Nº 104

Medida Provisória nº 265, de 14 de novembro de 1990.

AUTOR

Deputado Arnaldo Prieto

CÓDIGO

DATA
21 / 11 / 90

ARTIGO

10

PARÁGRAFO

INÍCIO

ALÍNEA

FOLHA

Emenda Aditiva à Medida Provisória 265, de 14 de novembro de 1990.

Acrescentar, no Art. 10, o Parágrafo Único seguinte:

Parágrafo Único - As Universidades fixarão os seus encargos educacionais por intermédio dos Conselhos Universitários, composto por representantes da comunidade, dos alunos, dos professores e da instituição.

JUSTIFICATIVA

Assim como as instituições mantidas pela CNEC, as Universidades possuem um órgão colegiado comunitário - o Conselho Universitário - que por lei, deve ser integrado por representantes da comunidade, dos alunos, dos professores e da própria instituição. É, portanto, o organismo adequado para fixar os preços dos serviços educacionais das Universidades.

Assegura-se, por outro lado, a autonomia universitária, nos termos do art. 207 da Constituição Federal de 1988.

EMENDA Nº 105

265/90

Deputado Gervásio Milhomem

CÓDIGO

313

DATA
22 / 11 / 90

ARTIGO

10

PARÁGRAFO

INÍCIO

ALÍNEA

FOLHA

1/1

Adicione-se à Medida Provisória nº 265, de 14 de novembro de 1990, o seguinte artigo, com o número 10, renumerando-se os subsequentes:

Art. 10 - As matérias relativas à melhoria da qualidade de ensino, bem como, atividades de pesquisa e extensão, serão igualmente apreciadas no curso das reuniões, assembleias, e demais procedimentos previstos nesta lei.

Parágrafo Único. As matérias de que trata o "caput" deste artigo serão incluídas na pauta das discussões por iniciativa das partes representativas do interesse dos pais e alunos, ou por iniciativa da instituição, à qual caberá fornecer todas as informações que forem solicitadas sobre o assunto em discussão.

JUSTIFICATIVA

Mais importante que a discussão sobre o reajuste das mensalidades é a discussão sobre a qualidade de ensino, completamente esquecida pelas autoridades brasileiras na regulamentação das matérias relativas à educação em nosso país. Introduzimos, assim, a apreciação nas reuniões e assembleias, as atividades de pesquisa e extensão que, em geral, não são desenvolvidas pelas universidades privadas do país. Com isto, provocamos o cumprimento do art. 207 da Constituição Federal que estabelece o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Neste sentido, consideramos o esquema de reuniões e assembleias introduzido pela MP 265 uma boa oportunidade para que se estabeleça, neste fórum, uma discussão mais profunda entre as partes interessadas nas matérias relativas à qualidade de ensino, que, por sinal, não podem ser dissociadas da própria discussão sobre as mensalidades e o custo do ensino. Este é o objetivo que pretende nos atingir com a presente emenda.

EMENDA Nº 106

Medida Provisória nº 265 de 14 de novembro de 1990

AUTOR
Deputada SANDRA CAVALCANTICÓDIGO
249DATA
22 / 11 / 90

ARTIGO

119

PARÁGRAFO

Único

INÍCIO

ALÍNEA

FOLHA

01/01

Emenda Supressiva à Medida Provisória nº 265, de 14 de novembro de 1990

Suprime-se o artigo 119

JUSTIFICATIVA

A supressão do artigo 119 decorre da supressão dos artigos anteriores.

EMENDA Nº 107

Medida Provisória nº 265 de 14 de novembro de 1990

AUTOR
Deputada SANDRA CAVALCANTICÓDIGO
249DATA
22 / 11 / 90

ARTIGO

129

PARÁGRAFO

Único

INÍCIO

ALÍNEA

FOLHA

01/01

Emenda Supressiva à Medida Provisória 265, de 14 de novembro de 1990

Suprime-se o artigo 129 e seu parágrafo único.

JUSTIFICATIVA

A supressão do artigo 129 e seu parágrafo único decorre da supressão dos artigos anteriores.

EMENDA Nº 108

Medida Provisória nº 265, de 14 de novembro de 1990.

AUTOR
Deputado AGRIPINO DE OLIVEIRA LIMA FILHOCÓDIGO
312DATA
22 / 11 / 90

ARTIGO

13

PARÁGRAFO

INÍCIO

ALÍNEA

FOLHA

01

EMENDA ADITIVA

Incluir o seguinte artigo 13, transformando-se em 14, 15 e 16 os atuais 13, 14 e 15.

Art. 13 - A partir do ano de 1991, inclusive, cabe à entidade mantenedora de ensino fixar, no prazo de 30 (trinta) dias que antecede a efetivação da matrícula os valores dos encargos educacionais, os critérios de reajuste e de atualização monetária pelo período abrangente de matrícula, respeitados os dispositivos da Lei nº 8.078, de 11 de novembro de 1990 (Defesa do Consumidor).

JUSTIFICATIVA

É indispensável que os dispositivos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Defesa do Consumidor), sejam observados pelas instituições de ensino, que são prestadoras de serviço à comunidade.

Por outro lado, a disposição discriminativa do artigo 209 da Constituição Federal excluiu a interferência do Poder Público na matéria referente a encargos educacionais e, por isso, é primordial que a liberdade dela decorrente seja transparente e não prejudique o bom relacionamento entre alunos, pais e escola.

Além disso, para evitar litígios e bruscas variações de preços no decorrer do ano letivo, é necessário que, antes da efetivação da matrícula, em qualquer estabelecimento de ensino, os pais ou alunos tomem conhecimento dos critérios de reajustes e valores dos encargos educacionais.

Somente após a análise desses critérios de reajustes e valores dos encargos é possível, aos pais e alunos, uma escolha consciente e responsável.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 110	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO SAMIR ACHOA		301	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INÍCIO
21/11/90	139		01/01

EMENDA SUPRESSIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

Suprime-se o artigo 13.

JUSTIFICATIVA

As relações jurídicas decorrentes das Medidas Provisórias 207, de 13 de agosto de 1990, 223 de 13 de setembro de 1990 e 244, de 12 de outubro de 1990, já estão sendo resolvidas pelos órgãos de fiscalização do governo e a nível jurídico.

Não há necessidade de se falar nas relações jurídicas decorrentes das Medidas Provisórias já editadas e não votadas pelo Congresso Nacional uma vez que, estando no final do ano de 1990, a fixação e cobrança das mensalidades já estão praticamente superadas.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 111	
nº 265, de 14 de novembro de 1990.			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado Arnaldo Prieto			
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INÍCIO
21/11/90	13		

Emenda Aditiva à Medida Provisória nº 265, de 14 de novembro de 1990.

Incluir o seguinte artigo 13, transformando-se em 14, 15 e 16 os atuais 13, 14 e 15.

Art. 13 - A partir do ano de 1991, inclusive, cabe à entidade mantenedora de ensino fixar, no prazo de 30 (trinta) dias que antecede a efetivação da matrícula, os valores dos encargos educacionais, os critérios de reajuste e de atualização monetária pelo período abrangente de matrícula, respeitados os dispositivos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Defesa do Consumidor).

JUSTIFICATIVA

É indispensável que os dispositivos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Defesa do Consumidor), sejam observados pelas instituições de ensino, que são prestadoras de serviço à comunidade.

Por outro lado, a disposição discriminativa do artigo 209 da Constituição Federal excluiu a interferência do Poder Público na matéria referente a encargos educacionais e, por isso, é primordial que a liberdade dela decorrente seja transparente e não prejudique o bom relacionamento entre alunos, pais e escola.

Além disso, para evitar litígios e bruscas variações de preços no decorrer do ano letivo, é necessário que, antes da efetivação da matrícula, em qualquer estabelecimento de ensino, os pais ou alunos tomem conhecimento dos critérios de reajustes e valores dos encargos educacionais.

Somente após a análise desses critérios de reajustes e valores dos encargos é possível, aos pais ou alunos, uma escolha consciente e responsável.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 112	
265 de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Senador CARLOS PATROCÍNIO		074	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INÍCIO
22/11/90			1/2

EMENDA ADITIVA

Inclua-se na Medida Provisória o artigo 13 abaixo, renumerando-se os seguintes:

"Art. 13 - As mensalidades escolares somente poderão ser cobradas a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao mês a que corresponderem.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 109	
nº 265, de 14 de novembro de 1990.			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado AGRIPINO DE OLIVEIRA LIMA FILHO		312	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INÍCIO
22/11/90	13		01

EMENDA ADITIVA

Inclui o seguinte Art. 13, transformando-se em 14, 15 e 16 os atuais 13, 14 e 15.

Art. 13 - A instituição de Ensino poderá, a partir de 1991, inclusive, estabelecer os valores dos encargos educacionais e os critérios de reajustes, de conformidade com o seu planejamento econômico-financeiro, desde que respeitados os dispositivos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Defesa do Consumidor).

§ 1º - Para a pré-escola, 1º e 2º graus, os critérios terão validade mínima de 1 (um) ano, comunicados aos pais com antecedência de 30 (trinta) dias da efetivação da matrícula.

§ 2º - Para o 3º grau, os critérios terão validade correspondente à duração do curso, comunicados aos alunos no edital do vestibular.

JUSTIFICATIVA

É indispensável que os dispositivos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Defesa do Consumidor), sejam observados pelas instituições de ensino, que são prestadoras de serviço à comunidade. Por outro lado, a disposição discriminativa do artigo 209 da Constituição Federal exclui a interferência do Poder Público na matéria referente a encargos educacionais, por isso, é primordial que a liberdade dela decorrente seja transparente e não prejudique o bom relacionamento entre alunos, pais e escola.

Além disso, para evitar litígios e bruscas variações de preços no decorrer do ano letivo, é necessário que, antes da efetivação da matrícula, em qualquer estabelecimento de ensino, os pais ou alunos tomem conhecimento dos critérios de reajustes e valores dos encargos educacionais.

Somente após a análise desses critérios de reajustes e valores dos encargos, é possível, aos pais ou alunos, uma escolha consciente e responsável.

§ 1º - Excetuam-se do disposto neste artigo as parcelas correspondentes à matrícula e ao último mês do período letivo.

§ 2º - O descumprimento do disposto neste artigo implicará na aplicação da multa prevista no artigo 12º.

JUSTIFICAÇÃO

Encontra-se estabelecida no País uma prática injusta contra os usuários compulsórios do sistema de ensino privado: o pagamento antecipado dos serviços escolares.

Não há qualquer razão para isso, uma vez que é da prática comercial nacional o pagamento dos serviços em geral após a sua efetiva prestação aos usuários. Fica constituído, dessa forma, um privilégio para as empresas de ensino, que têm clientela ativa em face da escassez de escolas públicas no País, de modo a que possam formar seu capital de giro financiado a custo zero pelos que delas têm que se utilizar.

Nem mesmo o pagamento de salários e respectivos encargos de professores e auxiliares de ensino serviria como justificativa para esta prática, já que o prazo dessas empresas para o cumprimento dessas obrigações vai até o quinto dia útil subsequente ao mês trabalhado. Por outro lado, os usuários recebem igualmente os seus salários no final do mês trabalhado, com os quais irão pagar a escola dos filhos.

Assim sendo, a presente emenda objetiva fazer cessar o abuso cometido por esse setor empresarial, aproveitando o ensejo da apresentação de Medida Provisória por parte do Executivo com a finalidade de regulamentar a matéria.

Acreditamos estar contribuindo, desta forma com o espírito geral do plano econômico governamental que, através da retirada de subsídios e punição de práticas abusivas, objetiva o saneamento das práticas econômicas, bem como o fortalecimento e a competitividade das empresas nacionais.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 113	
265 de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputada SANDRA CAVALCANTI		249	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
22/11/90	13º		
PÁGINA		01/01	

Emenda Supressiva à Medida Provisória 265, de 14 de novembro de 1990

Suprime-se o artigo 13º

JUSTIFICATIVA

A supressão do artigo 13º decorre da supressão dos artigos anteriores.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 114	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado ROBSON MARINHO		363	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
22.11.90	13º		
PÁGINA		01/01	

EMENDA SUPRESSIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

Suprime-se o artigo 13.

JUSTIFICATIVA

As relações jurídicas decorrentes das Medidas Provisórias 207, de 13 de agosto de 1990, 223 de 13 de setembro de 1990 e 244, de 12 de outubro de 1990, já estão sendo resolvidas pelos órgãos de fiscalização do governo e a nível jurídico.

Não há necessidade de se falar nas relações jurídicas decorrentes das Medidas Provisórias já editadas e não votadas pelo Congresso Nacional uma vez que, estando no final do ano de 1990, a fixação e cobrança das mensalidades já estão praticamente superadas.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 115	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Dep. Ricardo J. G.		360	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
01.11.90	13		
PÁGINA		01/01	

EMENDA SUPRESSIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

Suprime-se o artigo 13.

JUSTIFICATIVA

As relações jurídicas decorrentes das Medidas Provisórias 207, de 13 de agosto de 1990, 223 de 13 de setembro de 1990 e 244, de 12 de outubro de 1990, já estão sendo resolvidas pelos órgãos de fiscalização do governo e a nível jurídico.

Não há necessidade de se falar nas relações jurídicas decorrentes das Medidas Provisórias já editadas e não votadas pelo Congresso Nacional uma vez que, estando no final do ano de 1990, a fixação e cobrança das mensalidades já estão praticamente superadas.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 116	
265, de 14 de novembro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO HELIO ROSAS			
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
21.11.90	13		
PÁGINA		01/01	

EMENDA SUPRESSIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 265, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990.

Suprime-se o artigo 13.

JUSTIFICATIVA

As relações jurídicas decorrentes das Medidas Provisórias 207, de 13 de agosto de 1990, 223 de 13 de setembro de 1990 e 244, de 12 de outubro de 1990, já estão sendo resolvidas pelos órgãos de fiscalização do governo e a nível jurídico.

Não há necessidade de se falar nas relações jurídicas decorrentes das Medidas Provisórias já editadas e não votadas pelo Congresso Nacional uma vez que, estando no final do ano de 1990, a fixação e cobrança das mensalidades já estão praticamente superadas.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 117	
265/90			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado AMARAL NETTO		266	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
20.11.90		I - II	
PÁGINA		01/01	

Inclus-se, onde couber, um artigo com a seguinte redação:

"Art. - Ficam extintos:

I - O Bônus do Tesouro Nacional - BTN, criado pelo art. 5º, da Lei nº 7.777, de 19 de junho de 1989, destinado a prover o Tesouro Nacional de recursos necessários à manutenção do seu equilíbrio orçamentário ou para a realização de crédito por antecipação de receita;

II - O BTN Fiscal, instituído pelo art. 1º, da Lei nº 7.799, de 10 de junho de 1989, como referencial de indexação de tributos e contribuições de competência da União Federal."

- N^o 234/90-CN (N^o 832/90, na origem), encaminhando à

deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 44/90-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais no valor de Cr\$ 293.463.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 235/90-CN (nº 833/90, na origem), encaminhando à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 45/90-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o montante de Cr\$ 493.501.732.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 238/90-CN (nº 840/90, na origem), encaminhando à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 46/90-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 308.736.000,00, para os fins que especifica.

1.2.5 — Comunicação da Presidência

— Remessa à Comissão Mista de Orçamento dos Projetos de Lei nºs 44 a 46/90-CN, lidos anteriormente e prazo para oferecimento de emendas.

1.2.6 — Comunicação da Liderança do PSDB

— Referente à substituição de membro na Comissão Mista de Orçamento.

1.2.7 — Comunicação da Liderança do PDT

— Referente à designação de membro em Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

1.3 — ORDEM DO DIA

Medida Provisória nº 256, de 26 de outubro de 1990, que dispõe sobre a garantia de salário efetivo e dá outras providências. **Apreciação adiada**, por falta de quorum.

Medida Provisória nº 257, de 31 de outubro de 1990, que dispõe sobre a aplicação financeira de recursos recolhidos ao FNDE, e dá outras providências. **Apreciação adiada**, por falta de quorum.

Medida Provisória nº 258, de 31 de outubro de 1990,

que dispõe sobre a extinção da contribuição sindical, de que tratam os arts. 578 a 610 da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências. **Apreciação adiada**, por falta de quorum.

Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1990 (nº 2.570/89, na origem), que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 1990, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 1990, que institui nova sistemática para reajuste de preços e salários em geral e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 1990, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 1990, que dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 1990, que altera, mediante conversão em lei das Medidas Provisórias nºs 160, de 15 de março de 1990, e 171, de 17 de março de 1990, a legislação do Imposto sobre Operações Financeiras, instituindo incidências de caráter transitório sobre os atos que

menção, e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 1989 (nº 6.094/85, na origem), que altera o art. 3º da Lei nº 6.849, de 12 de novembro de 1980, que fixa os valores de retribuição da categoria funcional de agente de vigilância e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1982 (nº 1.611/89, na Câmara dos Deputados), que acrescenta parágrafo ao art. 552 da Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1985 (nº 7.941/86, na Câmara dos Deputados), que introduz modificações no Código Penal. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1985 (nº 8.604/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1982, (nº 7/87, na Câmara dos Deputados), que faculta aos depositantes de estabelecimentos bancários terem consignados em seus talões de cheques as referências que especifica e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1987 (nº 1.417/88, na Câmara dos Deputados), que cria os conselhos federal e regionais de economista doméstico, regula seu funcionamento e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto parcial ao Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1983 (nº 1.003/79, na origem), que dispõe sobre a desapropriação de imóvel no Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco, para

atender deslocamento das famílias que atualmente residem em áreas do Parque Histórico Nacional dos Guararapes. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 289, de 1979 (nº 7.938/80, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o instituto da retrocessão e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 17, de 1988 (nº 3.589/80, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão especial à Senhora Maria Regina da Vieira Raduan. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1982, (nº 8.045/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a apresentação de relatório ao Congresso Nacional após a realização de visita a país estrangeiro pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1982 (nº 3.158/89, na origem), que dispõe sobre a aplicação do § 2º do art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos profissionais da Saúde. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1988 (nº 1.419/88, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a emissão de selo comemorativo à Semana do Deficiente Físico, a cargo da Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - ECT, e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1990 (nº 5.405/90, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 5, de 1990-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1991 e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1990 (nº 2.036/89, na origem), que determina a indicação ao prazo de prescrição nos títulos de créditos (cambiais). **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1990 (nº 3.683/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 89, de 1983 (nº 7.677/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proibição da caça ao jacaré e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem) que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e ser-

viços, fontes de financiamento e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1990 (nº 3.065/89, na origem) que dispõe sobre a extinção de recursos ex officio. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1990 (nº 3.110/89, na origem), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1986 (nº 1.945/83, na origem), que inclui o fotógrafo no Quadro de Atividades e Profissões a que se refere o art. 577, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1990 (nº 3.607/90, na origem), que dispõe sobre a criação da carreira de delegado de polícia do Distrito Federal, sobre a remuneração dos cargos da carreira policial civil do Distrito Federal, e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

1.3.1 - Comunicação da Presidência

Convocação de sessões conjuntas a realizarem-se amanhã, dia 28, às 10 horas, destinada a reverenciar a memória do Senador Luiz Vianna Filho e outra, às 18 horas e 30 minutos, destinada a apreciar medidas provisórias e vetos presidenciais.

1.4 - ENCERRAMENTO

Ata da 88ª Sessão Conjunta, em 27 de novembro de 1990

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência do Sr. Nelson Carneiro

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aluizio Bezerra - Nabor Júnior - Carlos De'Carli - Aureo Mello - Odacir Soares - Ronal-

do Aragão - Amir Lando - Almir Gabriel - Ozilei Carneiro - Alexandre Costa - Chagas Ro-

drigues — Hugo Napoleão — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — João Nascimento — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Luiz Viana Neto — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — João Calmon — Hydekel Freitas — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Ronan Tito — Maurício Corrêa — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Iram Saraiva — Antônio Alves — Pompeu de Souza — Meira Filho — Roberto Campos — Marcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Afonso Camargo — Jorge Bornhausen — Márcio Berezoski — Nelson Wedekin — Alberto Hoffmann — José Paulo Bisol — José Fogaça.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Amazonas

Bernardo Cabral — S/P; José Dutra — PMDB; José Fernandes — PST; Sadie Hauache — PFL.

Rondônia

Arnaldo Martins — PSDB.

Pará

Aloysio Chaves — PFL; Gabriel Guerreiro — PSDB.

Tocantins

Ary Valadão — PDS; Eduardo Siqueira Campos — PDC; Freire Júnior — PRN.

Maranhão

Cid Carvalho — PMDB.

Piauí

Átila Lira — PFL; Felipe Mendes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Paes Landim — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Firmo de Castro — PSDB; Flavio Marcilio — PDS; Furtado Leite — PFL; Haroldo Sanford — PMDB; Lúcio Alcântara — PDT; Mauro Sampaio — PSDB; Moema São Thiago — PSDB; Moysés Pimentel — PDT; Paes de Andrade — PMDB; Raimundo Bezerra — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB.

Rio Grande do Norte

Flávio Rocha — PRN; Marcos Formiga — PST.

Paraíba

Edme Tavares — PFL.

Pernambuco

Egídio Ferreira Lima — PSDB; Gonzaga Patriota — PDT; Harlan Gadelha — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Wilson Campos — PMDB.

Sergipe

João Machado Rollemberg — PFL.

Bahia

Abigail Feitosa — PSB; Ângelo Magalhães — PFL; Carlos Sant'Anna — PMDB; Celso Dourado — PSDB; Eraldo Tinoco — PFL; Fernando Santana — PCB; Francisco Pinto — PMDB; Genivaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Jairo Azi — PDC; Jairo Carneiro — PFL; Jorge Hage — PDT; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PDS; Luiz Eduardo — PFL; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PMDB; Uldurico Pinto — PSB; Virgildásio de Senna — PSDB.

Espírito Santo

Jones Santos Neves — PL; Nyder Barbosa — PMDB.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Benedita da Silva — PT; Brandão Monteiro — PDT; César Maia — PDT; Fábio Raunheiti — PTB; Flavio Palmier da Veiga — PRN; Francisco Dornelles — PFL; Jayme Campos — PRN; Lysâneas Maciel — PDT; Márcio Braga — PDT; Miro Teixeira — PDT; Rubem Medina — PRN; Simão Sessim — PFL.

Minas Gerais

Aécio Neves — PSDB; Carlos Cotta — PSDB; Célio de Castro — PSB; Christóvam Chiaradia — PFL; Humberto Souto — PFL; Ibrahim Abi-Ackel — PDS; Israel Pinheiro — PRS; João Paulo — PT; José da Conceição — PRS; Maurício Campos — PL; Octavio Elisio — PSDB; Oscar Corrêa — PFL; Raimundo Rezende — PMDB; Sérgio Werneck — PL; Ziza Valadares — PSDB.

São Paulo

Afif Domingos — PL; Aristides Cunha — PDC; Delfim Netto — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Fernando Gasparian — PMDB; Florestan Fernandes — PT; Francisco Amaral — PMDB; Gumercindo Milhomem — PT; Hélio Rosas — PMDB; Irma Passoni — PT; João Rezek — PMDB; Koyu Iha — PSDB; Luiz Eduardo Grenhalgh — PT; Ricardo Izar — PL; Tidei de Lima — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PC do B; Délio Braz — PMDB; João Natal — PMDB; José Freire — PMDB; Lúcia Vânia — PMDB; Mauro Miranda — PMDB.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Francisco Carneiro — PTR; Geraldo Campos — PSDB; Jofran Frejat — PFL; Sigmaringa Seixas — PSDB; Valmir Campelo — PTB.

Mato Grosso do Sul

Ivo Cersósimo — PMDB; Rosário Congro Neto — PSDB; Saulo Queiroz — PSDB.

Paraná

Antônio Ueno — PFL; Basílio Villani — PRN; Darcy Deitos — PSDB; Euclides Scalco — PSDB; Gilberto Carvalho — PFL; Max Rosenmann — PRN.

Santa Catarina

Alexandre Puzyna — PMDB; Antônio Carlos Konder Reis — PDS; Eduardo Moreira — PMDB; Francisco Küster — PSDB; Henrique Córdova — PDS; Orlando Pacheco — PFL; Paulo Macarini — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck — PSDB; Adilson Motta — PDS; Amaury Müller — PDT; Antônio Britto — PMDB; Arnaldo Prieto — PFL; Hermes Zanetti — PSDB; João de Deus Antunes — PDS; Jorge Uequed — PSDB; Mendes Ribeiro — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Paulo Paim — PT; Rospide Netto — PMDB; Ruy Nedei — PSDB; Telmo Kirst — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — As listas de presença acusam o comparecimento de 50 Srs. Senadores e 146 Srs. Deputados, há número regimental.

Declaro aberta a Sessão.

Não há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Esgotou-se no dia 24 de novembro próximo passado o prazo de trinta dias previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição, sem que tenham sido transformadas em lei, perdendo, portanto, sua eficácia, desde a edição, das Medidas Provisórias nº 251, de 24 de outubro de 1990, nº 252, de 24 de outubro de 1990, nº

253, de 19 de outubro de 1990, nº 254, de 24 de outubro de 1990, e nº 255, de 24 de outubro de 1990, que dispõe sobre as funções de confiança a que se refere a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e dá outras providências; que transfere para o Banco Central do Brasil a responsabilidade pelo passivo em cruzados novos das instituições financeiras em regime de liquidação extrajudicial, e dá outras providências; que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito extraordinário no valor de Cr\$20.000.000.000,00 (vinte bilhões de cruzeiros), para os fins que especifica; que altera disposições do Código de Processo Penal Militar, e dá outras providências; e que transforma funções do grupo-direção e assistência intermediárias em funções de direção intermediária e dá outras providências, respectivamente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Esgotou-se no dia 21 de novembro próximo passado o prazo de trinta dias previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição, sem que tenha sido transformada em lei, perdendo, portanto, sua eficácia, desde a edição, a Medida Provisória nº 250, de 19 de outubro de 1990, que modifica a Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação predial urbana, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Sr. Presidente da República editou as Medidas Provisórias nºs 268 a 272, de 23 de novembro de 1990, que "dispõe sobre as funções de confiança a que se refere a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e dá outras providências"; que "transfere para o Banco Central do Brasil a responsabilidade pelo passivo em cruzados novos das instituições financeiras em regime de liquidação extrajudicial, e dá outras providências"; que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito extraordinário no valor de Cr\$20.000.000.000,00 (vinte bilhões de cruzeiros), para os fins que especifica"; que "altera disposições do código de Processo Penal Militar e dá outras providências" e que "transforma funções do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias em funções de direção intermediária e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, ficam assim constituídas as Comissões Mistas incumbidas de emitir pareceres sobre as matérias:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 268, DE 1990

SENADORES

Titulares

Humberto Lucena
Mauro Benevides
Luís Viana Neto
Carlos Lyra
Chagas Rodrigues
Antônio Luiz Maya
Oziel Carneiro

Suplentes

Marcio Lacerda
Antônio Alves
Cid Sabóia de Carvalho
Afonso Sancho
Wilson Martins
José Paulo Bisol
Lourenberg Nunes Rocha

DEPUTADOS

Theodoro Mendes
Jorge Medeuar
Dirce Tutu Quadros
José Lins

José Mauro
Hermes Zanetti
José Tavares
Ivo Mainardi
Edvaldo Moreira
Evaldo Gonçalves
José Camargo
Cândido Mendes

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 269, DE 1990

SENADORES

Titulares

Antônio Alves
Ronaldo Aragão
Márcio Lacerda
Afonso Sancho
Sílvio Name
Afonso Camargo
João Menezes

Suplentes

Mauro Benevides
José Fogaça
Luiz Viana Neto
Jorge Bornhausen
Jutahy Magalhães
Mário Maia
Roberto Campos

DEPUTADOS

Luiz Alberto Rodrigues
Osmundo Rebouças
João Carlos Bacelar
Arnaldo Prieto
Manoel Castro
José Serra
Irajá Rodrigues
Marcos Queiroz
Amílcar Moreira
Simão Sessim
José Mendonça Bezerra
Saulo Queiroz

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, DE 1990

SENADORES

Titulares

Mauro Benevides
Severo Gomes
Nabor Júnior
João Lobo
Chagas Rodrigues
Alberto Hoffemann
Jamil Haddad

Suplentes

Ronaldo Aragão
José Fogaça
João Calmon
Carlos Lyra
Pompeu de Sousa
João Lyra
Amir Lando
DEPUTADOS
Genebaldo Correia
Michel Temer

Manoel Moreira
 Eraldo Tinoco
 Etevaldo Nogueira
 José Serra
 César Cals Neto
 Lúcia Vânia
 Rospido Netto
 Renato Bernardi
 Osvaldo Coelho
 Simão Sessim
 Virgildásio Senna

**MEDIDA PROVISÓRIA
 Nº 271, DE 1990**

SENADORES

Titulares

Cid Sabóia de Carvalho
 Humberto Lucena
 Nabor Júnior
 Odacir Soares
 Chagas Rodrigues
 Oziel Carneiro
 Mauro Benevides

Suplentes

Luís Viana Neto
 Márcio Lacerda
 Mansueto de Lavor
 Lourival Baptista
 Márcio Berezoski
 Albano Franco
 João Lyra

DEPUTADOS

Hélio Rosas
 Ivo Cersósimo
 Geraldo Fleming
 Ney Lopes
 José Moura
 Egídio Ferreira Lima
 Adhemar de Barros Filho
 Fernando Velasco
 Milton Lima
 Harlan Gadelha
 Francisco Benjamim
 Jesus Tajra

Sigmaringa Seixas

**MEDIDA PROVISÓRIA
 Nº 272, DE 1990**

SENADORES

Titulares

Ronaldo Aragão
 José Fogaça
 Mauro Benevides
 Hugo Napoleão
 Wilson Martins
 João Menezes
 Louremberg Nunes Rocha

Suplentes

Ruy Bacelar
 Márcio Lacerda
 Severo Gomes
 Lourival Baptista
 Pompeu de Sousa
 João Lyra
 Raimundo Lira

DEPUTADOS

Renato Viana
 Jorge Gama
 Aloysio Vasconcelos
 José Lins
 Jairo Carneiro
 Geraldo Campos
 João Cunha
 Leopoldo Sousa
 Osvaldo Macedo
 José Melo
 Evaldo Gonçalves
 José Mendonça Bezerra
 Maria de Lourdes Abadia

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tendo em vista a proximidade do término da sessão legislativa, a Presidência, de acordo com o disposto no art. 19 da Resolução nº 1, de 1989-CN irá reduzir os prazos de tramitação das matérias, ficando estabelecido o seguinte calendário:

Dia 27-11 — designação da comissão mista

Dia 28-11 — instalação da comissão mista

Dia 30-11 — prazo para recebimento de emendas. Prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Dia 6-12 — prazo final da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a mesa, mensagem presidencial que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 232, DE 1990

(Nº 806/90 na origem)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do art. 66 da Constituição Federal, resolvi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 8.037, de 1986 (nº 52/83, na origem), que "Acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito".

A proposição, que entendo ser contrária a interesse público, enumera as entidades compreendidas na Administração Indireta e é aditada ao artigo da Lei nº 1.579/52 disciplinador da requisição de documentos pelas Comissões Parlamentares de Inquérito às "repartições públicas e autárquicas".

Quando da propositura dessa alteração, ou seja, em 1983, a iniciativa era perfeitamente admissível. Entretanto, com o advento da Constituição de 1988, as Comissões Parlamentares de Inquérito passaram a dispor de poderes de investigação bem mais amplos, quais sejam, aqueles próprios das autoridades judiciais (parágrafo 3º do art. 58).

Esta a razão que me levou a vetar o projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 8 de novembro de 1990. — **Fernando Collor**.

PROJETO VETADO

Acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito,

passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 2º

Parágrafo Único. Para os efeitos desta lei, a Administração Indireta compreende as autarquias, as sociedades de economia mista, as empresas públicas e as fundações."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — De acordo com o disposto no § 2º do art. 104, do Regimento Comum, fica assim

constituída a comissão mista incumbida de relatar o veto:

MENSAGEM Nº 232, DE 1990-CN

Senadores

Áureo Mello

Jutahy Magalhães

Odacir Soares

Deputados

Mendes Ribeiro

Paes Landim

Fernando Gasparian.

Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a comissão mista deverá apresentar o relatório

sobre o veto até o dia 17 de dezembro vindouro.

A convocação de sessão destinada à apreciação da matéria será feita após a publicação e distribuição de avulsos contendo o texto do projeto vetado, os pareceres das comissões que o apreciaram e o relatório da comissão mista ora designada.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal se encerrará em 25 de fevereiro de 1991.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a mesa, mensagens presidenciais que vão ser lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 234/90-CN

(Nº 832/90, NA ORIGEM)

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL:

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, tomo a honra de ~~submeter~~ ^{submeter} à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos da Senhora Ministra de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o anexo projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais no valor de Cr\$ 293.463.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, em 21 de novembro de 1990.

f. Collor.

Em 16.11.90

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

A Justiça Federal e a Justiça do Trabalho solicitam a abertura de créditos adicionais, mediante remanejamento de recursos no valor de R\$ 222.163.000,00 (duzentos e noventa e três milhões e quatrocentos e sessenta e três mil cruzéiros), objetivando adequar seus programas de trabalho, constantes da Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de 1990, à necessidade de atendimento de despesas com manutenção, tais como água, luz, alugueis e serviços de limpeza, correio e telecomunicações, reparos urgentes no Edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, continuação da obra do Edifício anexo da Justiça Federal em Pernambuco e dar cumprimento à desapropriação dos imóveis, declarados de utilidade pública pelo Decreto nº 26 de setembro de 1990, destinados à sede do Tribunal Regional Federal da 3a. Região - SP.

"Realização de obra de R\$ 100.000.000,00, etc."

Entretanto, para que se procedam as alterações propostas, torna-se necessário encaminhamento de Projeto de Lei ao Congresso Nacional, tendo em vista que o montante solicitado ultrapassa o limite estabelecido no art. 11, inciso I, alínea 4ª, da Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de 1990, o qual, terá a seguinte configuração: (A

I - Crédito suplementar no valor de Cr\$ 253.063.000,00 (duzentos e cinquenta e três milhões e sessenta e três mil cruzeiros) que visa atender as despesas de manutenção do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e reparos urgentes no seu edifício-Sede e pagamentos em atraso relativos à obra do Edifício anexo da Justiça Federal em Pernambuco.


II - Crédito especial no valor de Cr\$ 40.400.000,00 (quarenta milhões e quatrocentos mil cruzeiros) destinado à desapropriação de imóveis para sede do Tribunal Regional Federal da 3a. Região - SP.

3. Este Ministério é favorável ao atendimento das solicitações, esclarecendo que os recursos necessários serão atendidos por remanejamento de dotações oferecidas pelos próprios Órgãos e constantes no Orçamento Fiscal da União, conforme prevê o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição.

4. Nessas condições, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo a abrir os referidos créditos

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

Respeitosamente,


ZELMA MARIA CARDOSO DE MELLO
Ministra da Economia, Fazenda e
Planejamento.

PROJETO DE LEI N° 44, DE 1990-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais no valor de Cr\$ 293.463.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de 1990), em favor da Justiça Federal, créditos adicionais no valor de Cr\$ 293.463.000,00 (duzentos e noventa e três mil cruzeiros), para atender ao disposto nesta Lei.

Os recursos necessários à execução decorrerão do cancelamento de dotação no Anexo II desta Lei, no montante especificado.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de 1990), em favor da Justiça Federal, crédito especial no valor de Cr\$ 40.400.000,00 (quarenta milhões, quatrocentos mil cruzeiros) para atender à programação constante do Anexo III desta Lei.

Parágrafo único - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento de dotação indicada no Anexo IV desta Lei, no montante especificado.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília,

12105 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ADMINISTRAÇÃO

EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

03.007.0025.1003.0003
CONSTITUIÇÃO DE IMÓVEIS

PROPORCIONAR CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRABALHO E DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS

03.007.0025.1003.0003
CONSTITUIÇÃO DO EDIFÍCIO ANEXO DA JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO

TOTAL

1503 - UNIDADE 22. REGIÃO 1

15103 -

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

PROGRAMA

CREDITO 5 - LEVANTADA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª. REGIÃO

DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	ESTIMATIVA	RECURSOS				TOTAL
		RECURSOS E ENCARGOS DA DIVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVESTIMENTOS FINANCIADOS	
1 PLANEJAMENTO				94.000		
20				94.000		
25 PUBLICAS				94.000		
322 CONSERVAÇÃO DE IMOVEIS				94.000		
325 E CONSERVAÇÃO DE IMOVEIS				94.000		
325.0000 CONSERVAÇÃO E REPAROS DE IMOVEIS DA JUSTIÇA FEDERAL				94.000		
325.0000				94.000		
TOTAL FISCAL				94.000		
TOTAL FISCAL				94.000		

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	ESTIMATIVA	RECURSOS				TOTAL
		RECURSOS E ENCARGOS DA DIVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVESTIMENTOS FINANCIADOS	
1 PLANEJAMENTO				129.000		
20				129.000		
25 PUBLICAS				129.000		
322 CONSERVAÇÃO DE IMOVEIS				129.000		
325 E CONSERVAÇÃO DE IMOVEIS				129.000		
325.0000 CONSERVAÇÃO E REPAROS DE IMOVEIS DA JUSTIÇA FEDERAL				129.000		
325.0000				129.000		
TOTAL FISCAL				129.000		
TOTAL FISCAL				129.000		

12000 - JUSTIÇA FEDERAL					COTAÇÃO	
12104 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO III					110	111
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)					COTAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	JURIS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	110	111
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO						
ADMINISTRAÇÃO						
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS						
3 007 0023 1009						
DESEMPENHO DE INOVAÇÕES						
PROTEÇÃO DAS CONDIÇÕES ANTERIORES DE TRABALHO E DE						
ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS						
93 007 0023 1003 0001						
DESEMPENHO DE INOVAÇÕES PARA A SEÇÃO DO TRIBUNAL						
REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO - SP						
TOTAL	400					

12000 - JUSTIÇA FEDERAL					COTAÇÃO	
12104 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO IV					110	111
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)					COTAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	JURIS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	110	111
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO						
ADMINISTRAÇÃO						
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS						
507 0023 2022						
REPAROS E CONSERVAÇÃO DE IMOVEIS						
CONSERVAR E PRESERVAR OS BENS IMOVEIS						
007 0023 2022 0028						
CONSERVAÇÃO E REPARO DE IMOVEIS DA JUSTIÇA FEDERAL						
TOTAL	400					

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.999, DE 31 DE JANEIRO DE 1990.

Estima a Receita e fixa a Despesa da União
para o exercício financeiro de 1990.

MENSAGEM Nº 235, DE 1990-CN

(Nº 833/90, NA ORIGEM)

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL:

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos da Senhora Ministra de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o anexo projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito adicional até o montante de Cr\$ 497.501.732.000,00, para os fins que específica

Brasília, em 22 de novembro de 1990.

F. Collor -

E.M. Nº 530

Em 16.11.90

Presidente da República

O Decreto-lei nº 2.288, de 23/07/86, criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento e instituiu empréstimo compulsório incidente sobre automóveis de passeio e utilitários e combustíveis (gasolina e álcool), que seria restituído após 3 anos, em quotas do FND, com rendimentos equivalentes aos da caderneta de poupança.

2. Os recursos decorrentes do citado empréstimo compulsório encontram-se no Banco Central do Brasil, exceto uma parcela de cerca de Cr\$ 66,5 bilhões, ainda não recolhida pela PETROBRAS devido às dificuldades financeiras pelos quais passa a em-

3. A PETROBRAS é credora de Cr\$ 59,6 bilhões e suas contratas, pelo fornecimento de combustíveis cujo pagamento não foi efetivado.

4. Em 1987, visando a capitalização do FND, o Banco Central adquiriu Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND's, no valor de Cr\$ 122,4 bilhões, transferindo este crédito ao Tesouro Nacional, quando do encontro de contas autorizado pelo Decreto-lei nº 2.376/87.

5. Posteriormente, a Lei nº 7.862/89, determinou que os recursos decorrentes do empréstimo compulsório ficassem disponíveis exclusivamente para aquisição de quotas do FND, e que seriam recuperados pelo Banco Central.

6. Pretende-se agora efetivar uma regularização orçamentária e contábil, envolvendo créditos e débitos da PETROBRAS e OFND's em poder do Tesouro Nacional. Ao mesmo tempo, terá disponibilidade de quotas do FND, que os mutuantes daquele fundo e, com os recursos, reduzirá parte da dívida mobiliária.

O esquema concebido compõe-se das seguintes fases:

a) a PETROBRAS recolhe ao Banco Central parte do empréstimo compulsório retido, no valor de Cr\$ 59,6 bilhões;

b) o Banco Central transfere ao Tesouro Nacional o equivalente a Cr\$ 181,9 bilhões relativos ao empréstimo compulsório;

c) o Tesouro Nacional, mediante crédito aos Encargos Financeiros da União, adquire quotas do FND no valor de Cr\$ 181,9 bilhões;

d) o FND emite quotas no mesmo valor e, de posse desses recursos:

1. a PETROBRAS, mediante compra de debêntures, no valor de Cr\$ 59,6 bilhões; e resgata, junto ao Tesouro Nacional, as OFND's no valor de Cr\$ 122,4 bilhões;

2. a PETROBRAS e suas contratas saldum suas débitos com o FND no valor de Cr\$ 59,6 bilhões;

3) o Tesouro Nacional resgata títulos da dívida mobiliária no valor de Cr\$ 122,4 bilhões, junto ao Banco Central do Brasil.

8. Além disso, utilizando-se do excesso de arrecadação de recursos próprios, decorrentes basicamente de juros e amortizações de financiamentos concedidos, o FND altera sua programação orçamentária em valor equivalente a Cr\$ 7,2 bilhões.

9. Excetuada a parcela relativa ao orçamento próprio do FND, as demais operações não representarão qualquer despesa efetiva do Tesouro Nacional, do Banco Central ou do FND, com exceção apenas em mero encontro de contas, como demonstrado no

...tore do exposto, tenho a honra de submeter a
Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei.

Renovo a Vossa Excelência os votos do meu mais pro-
fundo respeito.

Elza Maria Cardoso de Mello
ELZA MARIA CARDOSO DE MILLO
Ministra da Economia, Fazenda e
Planejamento

PROJETO DE LEI nº 45, de 1990-CN

Autoriza o Poder Executivo a
abrir ao Orçamento Fiscal da
União créditos adicionais até o
montante de Cr\$
493.501.732.000,00, para os fins
especificados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao
Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de
1990), em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento
sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, cré-
ditos adicionais até o montante de Cr\$ 304.376.038.000,00 (trezen-
tos e quatro bilhões, trezentos e setenta e seis milhões, trinta e
oito mil cruzeiros), a seguir discriminados:

I - Crédito especial de Cr\$ 181.965.507.000,00 (cento e
oitenta e um bilhões, novecentos e sessenta e cinco milhões, quin-
hentos e sete mil cruzeiros), destinado à aquisição de cotas do
Fundo Nacional de Desenvolvimento, conforme Anexo I desta Lei;

II - Crédito suplementar de Cr\$ 122.410.531.000,00 (cen-
to e vinte e dois bilhões, quatrocentos e dez milhões, quinhentos
e trinta e um mil cruzeiros), destinado ao resgate de títulos de
responsabilidade do Tesouro Nacional junto ao Banco Central do
Brasil, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto
nesta Lei são provenientes do excesso de arrecadação das

Nacional, a teor do art. 43, parágrafo 1º, in-
ciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964,

...e a seguir discriminados: a
...e a seguir discriminados: a

II - Para o inciso II, gerados pelo resgate de Obriga-
ções do Fundo Nacional de Desenvolvimento junto ao Tesouro Nacio-
nal.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao
Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de
1990), em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento
- Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, crédito especial no va-
lor de Cr\$ 185.097.033.000,00 (cento e oitenta e cinco bilhões,
noventa e sete milhões, trinta e três mil cruzeiros), conforme
Anexo III desta Lei, a seguir discriminado:

I - Cr\$ 122.410.531.000,00 (cento e vinte e dois bi-
lhões, quatrocentos e dez milhões, quinhentos e trinta e um mil
cruzeiros), destinados ao resgate de Obrigações do Fundo Nacional
de Desenvolvimento junto ao Tesouro Nacional;

II - Cr\$ 59.554.976.000,00 (cinquenta e nove bilhões,
quinhentos e cinquenta e quatro milhões, novecentos e setenta e
seis mil cruzeiros), para subscrição de debêntures da Centrais
Elétricas S.A. - ELETROBRAS;

III - Cr\$ 1.047.353.000,00 (um bilhão, quarenta e sete
milhões, trezentos e cinquenta e três mil cruzeiros), para sub-
scrição de ações da Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS;

IV - Cr\$ 834.173.000,00 (oitocentos e trinta e quatro
milhões, cento e setenta e três mil cruzeiros), para financiamento
de pequenas empresas; e

V - Cr\$ 1.000.000,00 (um bilhão, duzentos e cinquen-
ta mil cruzeiros), para aumento de capital de empresas que
tenham participação do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

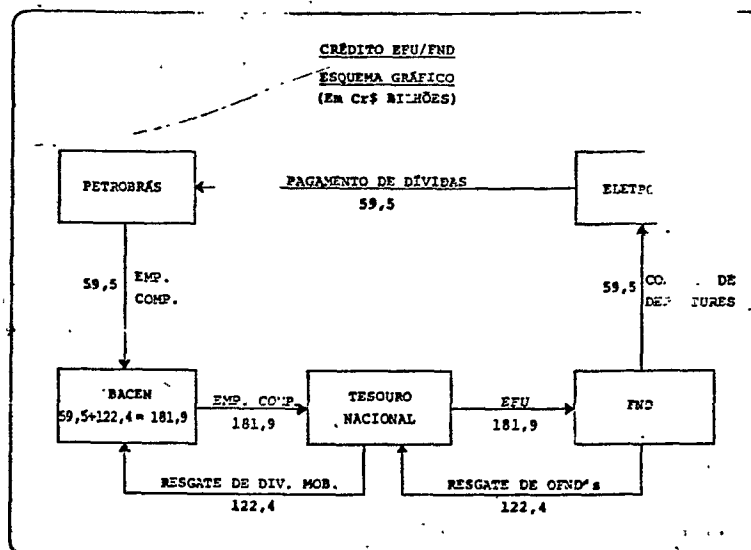
Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao
Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de
1990), em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento
- Fundo Nacional de Desenvolvimento, crédito suplementar no valor
de Cr\$ 4.028.661.000,00 (quatro bilhões, vinte e oito milhões,
seiscentos e sessenta e um mil cruzeiros), conforme Anexo IV desta
Lei.

Art. 5º - Os recursos necessários à execução da progra-
mação citada nos arts. 3º e 4º decorrerão da incorporação do ex-
cesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados - Outras
Fontes, a teor do art. 43, parágrafo 1º, inciso II, e parágrafo
3º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminado
no Anexo V desta Lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publi-
cação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília,



ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	VAL. E DETALES	DIROS E ENC DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
ACAO E PLANEJAMENTO							122.410,00
SISTEMA FINANCEIRO							122.410,00
2A. INTERNA							122.410,00
733 2200							122.410,00
ADMINISTRACAO DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL.							122.410,00
ATENDAO AO PAGAMENTO DE AMORTIZACOES E ENCARGOS							122.410,00
INTERESSES E/OU RENTIMOS DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL.							122.410,00
3033 2200 0001							122.410,00
ADMINISTRACAO DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL	PRINCIPAL	122.410,00					122.410,00
TOTAL		122.410,00					122.410,00

CREDITO SUPLENTE A:

[illegible]

QUADRO DEMONSTRATIVO DA RECEITA

ANEXO V

, de de de 1990

45.000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
45.906 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Cr\$ 1.000,00

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS			
	ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FOINTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	FIS			6.210.889
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	FIS		3.500.787	
1320.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	FIS		3.500.787	
1321.00.00	JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	FIS	3.138.649		
1322.00.00	DIVIDENDOS	FIS	362.138		
1323.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS		2.710.102	
1324.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS	2.710.102		
1325.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS	2.710.102		
1326.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1327.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1328.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1329.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1330.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1331.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1332.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1333.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1334.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1335.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1336.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1337.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1338.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1339.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1340.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1341.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1342.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1343.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1344.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1345.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1346.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1347.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1348.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1349.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1350.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1351.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1352.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1353.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1354.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1355.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1356.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1357.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1358.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1359.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1360.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1361.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1362.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1363.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1364.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1365.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1366.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1367.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1368.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1369.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1370.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1371.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1372.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1373.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1374.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1375.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1376.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1377.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1378.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1379.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1380.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1381.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1382.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1383.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1384.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1385.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1386.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1387.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1388.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1389.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1390.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1391.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1392.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1393.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1394.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1395.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1396.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1397.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1398.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1399.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1400.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1401.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1402.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1403.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1404.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1405.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1406.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1407.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1408.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1409.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1410.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1411.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1412.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1413.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1414.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1415.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1416.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1417.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1418.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1419.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1420.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1421.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1422.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1423.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1424.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1425.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1426.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1427.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1428.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1429.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1430.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1431.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1432.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1433.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1434.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1435.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1436.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1437.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1438.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1439.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1440.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1441.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1442.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1443.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1444.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1445.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1446.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1447.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1448.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1449.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1450.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1451.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1452.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1453.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1454.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1455.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1456.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1457.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1458.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1459.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1460.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1461.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1462.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1463.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1464.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1465.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1466.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1467.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1468.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1469.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1470.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1471.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1472.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1473.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1474.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1475.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1476.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1477.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1478.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1479.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1480.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1481.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1482.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1483.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1484.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1485.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1486.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1487.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1488.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1489.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1490.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1491.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1492.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1493.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1494.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1495.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1496.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1497.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1498.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1499.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1500.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1501.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1502.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1503.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1504.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1505.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1506.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1507.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1508.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1509.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1510.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1511.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1512.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1513.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1514.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1515.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1516.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1517.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1518.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1519.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1520.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1521.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1522.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1523.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1524.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1525.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1526.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1527.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1528.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1529.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1530.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1531.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1532.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1533.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1534.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1535.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1536.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1537.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1538.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1539.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1540.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1541.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1542.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1543.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1544.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1545.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1546.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1547.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			
1548.00.00	RECEITAS DE JUROS E DIVIDENDOS	FIS			

Anexo à E. M. no.

TESOURO NACIONAL
DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

Em Cr\$ milhões

RECEITAS		DESPESAS	
	181.965,5	Aquisição de Qntas do FND	181.965,5
	122.410,5	Resgate de títulos de responsabi- lidade do Tesouro Nacional	122.410,5
Total	304.376,0	Total	304.376,0

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

Em Cr\$ milhões

RECEITAS		DESPESAS	
Juros de títulos de renda	3.138,6	Resgate de Obrigações do FND	122.410,5
Dividendos	362,1	Subscrição de debêntures da ELEIOPRÁS	59.555,0
Juros de Empréstimos	2.710,1	Pagamento de juros das CFND's	2.140,5
Amortização de Empréstimos	949,3	Concessão de empréstimos a FINEP	1.500,9
Alienação de Outros Bens Móveis (Qntas do FND)	181.965,5	Aumento de capital das empresas da carteira do FND	1.250,0
		Subscrição de ações da TELEPRÁS	1.047,4
	189.125,6	Outras despesas	1.221,3
		Total	189.125,6

Nota: valores a preços de dezembro de 1990.

LEGISLAÇÃO CITADA

DE 31 DE JANEIRO DE 1990

Estima a Receita e fixa a Despesa da União
para o exercício financeiro de 1990.

MENSAGEM Nº 238, DE 1990-CN

(Nº 840/90, NA ORIGEM)

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL:

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos da Senhora Ministra de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o anexo projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 308.736.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, em 22 de novembro de 1990.

f. Colar-

E.M. Nº 531

Em 16.11.90

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

A Secretaria do Desenvolvimento Regional, vinculada à Presidência da República, solicita a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 308.736.000,00 (trezentos e oito milhões, setecentos e trinta e seis mil cruzeiros), em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

2. O referido crédito tem por objetivo compatibilizar a programação daquela Autarquia às suas reais necessidades com dispêndios de pessoal e encargos sociais, manutenção e investimentos.


3. As despesas decorrentes serão atendidas a teor do artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições estabelecidas no artigo 167, itens V e VI, da Constituição.

4. Cumpre informar, ainda, que foi elaborado Projeto de Lei do Poder Executivo, uma vez que os valores solicitados extrapolam o limite de 20% (vinte por cento) estabelecido pelo inciso I do art. 11 da Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de 1990.

5. Nessas condições, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo a abrir o referido crédito suplementar.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

Assinada em Brasília, 28 de novembro de 1990.


ZÉLIA MARIA CARDOSO DE MELLO
Ministra da Economia, Fazenda e
Planejamento

PROJETO DE LEI nº 46, DE 1990 - CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 308.736.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de 1990), em favor da Presidência da República, crédito suplementar no valor de Cr\$ 308.736.000,00 (trezentos e oito milhões, setecentos e trinta e seis mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento de dotações indicadas no Anexo II desta Lei, no montante especificado.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília,

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

REFORMAS DE TONAS AS PARTES E TRANSFERÊNCIAS

[illegible]

CREDITO SUTLEMENTAS

RECURRENCES DE VOJAS AS FOMEN E TRAVSFEU ACAS

28 DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL Novembro de 1990

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.999, DE 31 DE JANEIRO DE 1990

**Estima a Receita e fixa a Despesa da União
para o exercício financeiro de 1990.**

O Sr. Presidente (Nelson Carneiro) — As mensagens que acabam de ser lidas encaminham projetos de lei de abertura de créditos.

De acordo com as normas sugeridas por esta Presidência e acatadas pelo Congresso Nacional, deverão os Projetos de Lei nºs 44 a 46, de 1990-CN, ser apreciados em sessão conjunta e distribuídos à Comissão Mista de Orçamento.

De acordo com as referidas normas, os projetos serão distribuídos em avulsos dentro de 48 horas.

Os Srs. Congressistas poderão, dentro de sete dias contados da distribuição de avulsos, apresentar emendas aos projetos, tendo a comissão mista o prazo de até 15 dias, contados da publicação das emendas, para encaminhar à Mesa os seus pareceres.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes:

Brasília, 27 de novembro de 1990

Senhor Presidente,

De acordo com o disposto no Regimento Interno desta Casa, venho pedir a substituição do Senador Teotônio Vilela pelo Senador Almir Gabriel, na Comissão Mista de Orçamento, enquanto a nova composição da referida comissão, já indicada por esta Liderança em atendimento ao Ofício do Congresso Nacional nº 308, datado de 24 de outubro de 1990, não estiver em vigor.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª meus protes-

tos de estima e consideração. — Senador **Fernando Henrique Cardoso**, Líder do PSDB.

Brasília, 21 de novembro de 1990

OFÍCIO Nº 107/90

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, para fazer parte da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "investigar a atual crise financeira da Petrobrás", o Senhor Deputado Luiz Salomão, como membro titular, em substituição ao Senhor Deputado Bocayuva Cunha.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. — Deputado **Miro Teixeira**, Vice-Líder no exercício da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Serão feitas as substituições solicitadas.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Srs. Congressistas, da Ordem do Dia da sessão de hoje constam os itens 2 e 3, em discussão. Ocorre, entretanto, que depende de parecer o exame das referidas medidas provisórias.

Não havendo parecer a ser proferido em plenário, a Mesa se vê impedida de pôr em discussão a matéria. As outras matérias são de votação.

Não há número regimental na Câmara dos Deputados para a votação de qualquer matéria.

O item 4, que seria a continuação da votação do veto apostado ao projeto da Câmara dos Deputados, deixa de ser votado, em face da evidente falta de **quorum**, na presente sessão.

São os seguintes os itens adiados:

I

Medidas Provisórias

— 1 —

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 256,
DE 26 OUTUBRO DE 1990

Votação, em turno único, da Medida Provisória nº 256, de 26 de outubro de 1990, que dispõe sobre a garantia de salário efetivo e dá outras providências, tendo

PARECER proferido em plenário pelo Deputado Tidei de Lima, pela apresentação de Projeto de Lei de Conversão Nº 49, de 1990. (Mens, nº 219/90-CN.)

Prazo: 28-11-90

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 257,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1990.

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 257, de 31 de outubro de 1990, que dispõe sobre a aplicação financeira de recursos recolhidos ao FNDE, e dá outras providências,

— dependendo de parecer a ser proferido em plenário (Mens nº 221/90-CN)

Prazo: 1º-12-90

3

MEDIDA Provisória Nº 258,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1990

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 258, de 31 de outubro de 1990, que dispõe sobre a extinção da contribuição sindical, de que tratam os arts. 578 a 610 da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências,

- dependendo de parecer a ser proferido em plenário. (Mens. nº 222/90-CN.)

Prazo: 1^a-12-90

II

Vetos Presidenciais

4

PROJETO DE LEI DA Câmara
Nº 47, de 1990
(Nº 2.570/89, da origem)

Continuação da votação em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1990 (nº 2.570/89, na origem), que dispõe sobre os Planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências (Mens. nº 151/90-CN).

Prazo: 8-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6^a do art. 66 da Constituição.

5

PROJETO DE LEI DE
CONVERSÃO Nº 20, DE 1990
(MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 161, DE 1990)

Votação em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 1990, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e dá outras providências.

PORTE VETADA

Art. 4^a (Mens. 68/90-CN.)

Prazo: 23-6-90.

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6^a do art. 66 da Constituição.

6

PROJETO DE LEI
DE CONVERSÃO
Nº 28, DE 1990

MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 154, DE 1990.

Votação em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 1990, que inclui nova sistemática para reajuste de preços e salários em geral e dá outras providências. (Mens. nº 69/90-CN.)

PARTES VETADAS:

- § 1^a do art. 3^a
- art. 6^a
- art. 11:
- art. 12: e

- art. 13^a.

Prazo: 23-6-90

Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6^a do art. 66 da Constituição.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 23 de 1990

(MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 150 DE 1990).

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 1990, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. (Mens. nº 70/90-CN)

PARTES VETADAS:

- parágrafo único d art. 10;
- inciso V do art. 14;
- inciso VI do art. 14;
- inciso VII do art. 14;
- parágrafo único do art. 14,
- alínea f do inciso VIII do art. 19;
- parágrafo único do art. 23;
- § 8^a do art. 40
- art. 49;
- § 1^a do 49;
- § 2^a do art. 49;
- art. 50;
- art. 51;
- § 1^a do art. 51;
- § 2^a do art. 51;
- art. 52;
- art. 53 e incisos;
- art. 54;
- art. 55; e
- art. 56;

Prazo: 23-6-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6^a do art. 66 da Constituição.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 21, de 1990

(MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 151, DE 1990)

Votação em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 21 de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública

Federal e dá outras Providências. (Mens. nº 71/90-CN.)

PARTES VETADAS:

- § 1^a do art. 1^a;
- § 2^a do art. 1^a;
- § 3^a do art. 1^a do art. 1^a;
- art. 3^a;
- § 1^a do art. 4^a;
- art. 6^a;
- parágrafo único do art. 6^a;
- parágrafo único do art. 7^a;
- alínea e parágrafo único do art. 16;
- § 5^a do art. 18;
- § 2^a do art. 20;
- art. 25; e
- art. 26;

Prazo: 23-60-90

Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6^a do art. 66 da Constituição.

9

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 16, DE 1990

(Medida Provisória nº 158, de 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 1990, que dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação e dá outras providências. (Mens. nº 72/90-CN.)

PARTES VETADAS:

- § 1^a do art. 9^a; e
- inciso III do art. 10

Prazo: 23-6-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6^a do art. 66 da Constituição

10

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 30, DE 1990

(MEDIDAS PROVISÓRIAS Nºs
160 E 171, DE 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 1990, que altera, mediante conversão em lei das Medidas Provisórias nºs 160, de 15 de março de 1990, e 171, de 17 de março de 1990, a legislação do

Imposto sobre Operações Financeiras, instituindo incidências de caráter transitório sobre os atos que menciona, e dá outras providências. (Mens. nº 73/90-CN.)

PARTES VETADAS:

— art. 13;

— parágrafo único do art. 13.

Prazo: 23-6-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 6 da Constituição.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 1989

(Nº 6.094/85, na origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 1989 (nº 6.094/85, na origem), que altera o art. 3º da Lei nº 6.849, de 12 de novembro de 1980, que fixa os valores de retribuição da categoria funcional de agente de vigilância e dá outras providências. (Mens. 84/90 - CN.)

Prazo: 19-8-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, DE 1982

(Nº 1.611/89, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1982 (nº 1.611/89, na Câmara dos Deputados), que acrescenta parágrafo ao art. 552 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. (Mens. nº 90/90-CN.)

Prazo: 19-8-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 1985

(Nº 7.941/86, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1985 (nº 7.941/86, na Câmara dos Deputados), que introduz modificações no Código Penal (Mens. nº 92/90-CN.)

Prazo: 31-8-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

14

(PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 297, DE 1985

(Nº 8.604/86, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1985 (nº 8.604/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 - Código Nacional de Trânsito. (Mens. nº 93/90-CN.)

Prazo: 31-8-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, DE 1982

(Nº 7/87, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1982 (nº 7/87, na Câmara dos Deputados), que faculta aos depositantes de estabelecimentos bancários terem consignados em seus talões de cheques as referências que especifica e dá outras providências. (Mens. nº 94/90-CN.)

Prazo: 6-9-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 1987

(Nº 1.417/88, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1987 (nº 1.417/88, na Câmara dos Deputados), que cria os Conselhos Federal e Regionais de Economista Doméstico, regula seu funcionamento e dá outras providências. (Mens. nº 115/90-CN.)

Partes Vetadas:

inciso IX do art. 11

inciso XIX do art. 11

inciso III do art. 29

art. 38.

Prazo: 20-9-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 1983

(Nº 1.003/79, na origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1983 (nº 1.003/79, na origem), que dispõe sobre a desapropriação de imóvel no Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco, para atender deslocamento das famílias que atualmente residem em áreas do Parque Histórico Nacional dos Guararapes. (Mens. nº 116/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

Parte vetada: art. 5º

— Incluído em Ordem do dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, DE 1979

(Nº 7.938/86, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 289, de 1979 (nº 7.938/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o instituto de retrocessão e dá outras providências. (Mens. nº 117/90-CN.)

Prazo: 20-09-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 1988

(Nº 3.589/89, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 17, de 1988 (nº 3.589/89, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão especial à Senhora Maria Reginalda Vieira Raduan. (Mens. nº 119/90-CN.)

Prazo: 20-09-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

20

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 36, DE 1982

(Nº 8.045/86, na
Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1982 (nº 8.045/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a apresentação de relatório ao Congresso Nacional após a realização de visita a País estrangeiro pelo Ministro de Estado das relações Exteriores. (Mens. nº 121/90-CN.)

Prazo: 20-09-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 36, DE 1990

(Nº 3.158/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1982 (nº 3.158/89, na origem), que dispõe sobre a aplicação do § 2º do art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos profissionais de saúde. (Mens. nº 122/9-90)

Prazo: 20-9-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

22

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 32, DE 1988

(Nº 1.419/88, na
Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1988 (nº 1.419/88, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a emissão de selo comemorativo à Semana do Deficiente Físico à cargo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, e dá outras providências. (Mens. nº 123/90-CN.)

23

Prazo: 20-9-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 50, DE 1990

(Nº 5.405/90, na
Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1990 (nº 5.405/90, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLI-II, da Constituição Federal, e determina outras providências. (Mens. nº 126/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

Partes vetadas: art. 4º e 11.

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

24

PROJETO DE LEI
Nº 5, DE 1990-CN

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 5, de 1990-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1991 e dá outras providências. (Mens. nº 128/90-CN.)

Partes vetadas:

- § 1º do art. 2º com o respectivo anexo

- § 2º do art. 2º

- § 2º do art. 6º

- § 3º do art. 6º

- art. 22

- alínea b do inciso I do art. 24

- alínea b do inciso II do art. 28

- alínea c do inciso II do art. 28

- § do art. 31

- § 4º do art. 31

- inciso V do art. 37

-Prazo: 20-9-90.

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 25, DE 1990

(Nº 2.036/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1990 (nº 2.036/89, na origem), que determina a indicação do prazo de prescrição nos títulos de créditos (cambiais) (Mens. nº 149/90-CN.)

Prazo: 8-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 49, DE 1990

(Nº 3.101/90, na origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências (Mens. nº 158/90-CN.)

Prazo: 8-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

27

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 97, DE 1989

(Nº 3.683/89, na
Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único do veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1989 (nº 3.683/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, tendo

- Relatório, sob nº 8, de 1990-CN, da Comissão Mista (Mens. nº 159/90-CN)

Partes vetadas:

- §§ 1º e 2º do art. 5º;

- inciso IX do art. 6º;

- art. 11;

- art. 15;

- art. 16;

- item II do § 2º do art. 26;

- parágrafo único do art. 27;

- § 1º do art. 28;

- 4º do art. 37;

- inciso X do art. 39;

- art. 45;

- inciso V e § 3º do art. 51;

- § 3º do art. 52;

- § 1º do art. 53;

- § 5º do art. 54;

- § 2º do art. 55;

- §§ 2º e 3º do art. 60;

- Art. 62;

- parágrafo único do art. 67;
- parágrafo único do art. 68;
- §§ 2º e 3º do art. 82;
- parágrafo único do art. 83;
- art. 85;
- art. 86;
- art. 89;
- parágrafo único do art. 92,
- art. 96;
- parágrafo único do art. 97;
- §§ 1º e 2º do art. 102;
- incisos X, XI e XII do art. 106;
- art. 108;
- art. 109.

Prazo: 8-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 1983

(Nº 7.677/86, na
Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 89, de 1983 (nº 7.677/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proibição da caça ao jacaré e dá outras providências (Mens. nº 160/90-CN).

Prazo: 8-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 1990

(Nº 3.099/89, a origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento e dá outras providências. (Mens. nº 172/90-CN).

Prazo: 10-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 1990

(Nº 3.656/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1990 (nº 3.656/89, na origem), que dispõe sobre a extinção de recursos *ex officio* (Mens. nº 173/90-CN).

Prazo: 10-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 1990

(Nº 3.110/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1990 (nº 3.110/89, na origem), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. (Mens. nº 177/90-CN).

Partes vetadas:

- Art. 11;
- § 3º do art. 26;
- incisos II e III do art. 27;
- art. 29;
- inciso I e §§ 4º e 6º do art. 32;
- §§ 2º e 3º do art. 33;
- §§ 3º, 4º e 5º do art. 35;
- art. 39;
- §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 7º do art. 39;
- art. 40;
- art. 42;
- art. 44;
- art. 48;
- art. 49;
- art. 51; e
- art. 53.

Prazo: 10-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 1986

(Nº 1.945/83, na origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1986 (nº 1.945/83, na origem), que inclui o fotógrafo no Quadro de Atividades e Profissões a que se refere o art. 577, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Mens. nº 178/90-CN).

Prazo: 9-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 1990

(Nº 3.607/90, na origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1990 (nº 3.607/90, na origem), que dispõe sobre a criação da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal, sobre a remuneração dos cargos da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, e dá outras providências, tendo

- Relatório, sob nº 9, de 1990-CN, da Comissão Mista (Mens. nº 186/90-CN).

Prazo: 17-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - A Presidência convoca sessão do Congresso Nacional para às 10h de amanhã, quando será reverenciada a memória do saudoso parlamentar, antigo Presidente do Congresso Nacional, Senador Luiz Vianna Filho, e outra para as 18h30min, destinada à apreciação de medidas provisórias e vetos presidenciais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 5 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 3.519,65

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 3.519,65

J. avulso Cr\$ 71,93

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**Praça dos Três Poderes — Brasília — DF
CEP: 70160.**

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

MACHADO DE ASSIS E A POLÍTICA

Livro de crônicas de Machado de Assis sobre o *Senado do Império*.

Apresentação do Senador NELSON CARNEIRO, Presidente do Congresso Nacional; dos escritores Austregésilo de Athayde, Afonso Arinos, Afrânio Coutinho, Carlos Castelo Branco, Luiz Viana Filho, José Sarney, Josué Montello, Marcós Vinícius Vilaça, Raymundo Faoro.

“Política, como eu e o meu leitor entendemos, não há. E devia agora exigir-se do melro o alcance do olhar da águia e o rasgado de um voo? Além de ilógico seria crueldade.”

(DRJ, 1-11-1861)

“Cada Ministro gosta de deixar entre outros trabalhos um que especifique o seu nome no catálogo dos administradores.”

(DRJ, 10-12-1861)

Edição comemorativa do Sesquicentenário de Nascimento de Machado de Assis.

“Deve-se supor que é esse o escolhido do Partido do Governo, que é sempre o legítimo.”

(DRJ, 10-11-1861)

“Em que tempo estamos? Que País é este?”

(DRJ, 12-6-1864)

“Se eu na galeria não posso dar um berro, onde é que hei de dar? Na rua, feito maluco?”

(A Semana, 27-11-1892)



Edição Limitada
ADQUIRA SEU EXEMPLAR
Edição Normal NCz\$ 30,00
Edição Especial NCz\$ 50,00

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF — CEP 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 224-5615, na Coordenação de Atendimento ao Usuário — Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 100

(Outubro a dezembro de 1988)

Está circulando o nº 100 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 400 páginas, contém as seguintes matérias:

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Sessão solene de promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

COLABORAÇÃO

A vocação dos séculos e o direito romano. O ensino, a doutrina e a legislação. Um novo direito romano não europeu. Exemplos do passado e do presente. A África do Sul. O "uti possidetis" e o mundo moderno. Os "servi terrae" do mundo atual. O monopólio das terras rurais e a enfiteuse. A usura internacional. As reformas agrárias. Sobrevivência da latinidade — *Sílvio A. B. Meira*.

A nova Constituição e sua contradição ideológica — Senador *Leite Chaves*.

Aspectos da nova Constituição — *Marcelo Pimentel*.

O Mandado de Injunção — *Herzeleide Maria Fernandes de Oliveira*

O exílio do povo e a alienação do direito — *R. A. Amaral Vieira*.

O Congresso brasileiro e o regime autoritário — *Antônio Carlos Pojo do Rego*.

CPI e Constituição: Um caso concreto — *Alaor Barbosa*.

A participação política da mulher — *Joaquim Lustosa Sobrinho*.

Ombudsman para o Brasil? — *Daisy de Asper y Valdés*.

Competência concorrente limitada. O problema da conceituação das normas gerais — *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*.

O princípio do concurso público na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Alguns aspectos — *Gilmar Ferreira Mendes*.

Programa de desenvolvimento para uma alta administração da Justiça — *Evandro Gueiros Leite*.

A eletividade da magistratura no Brasil — *Orlando Soares Linchamentos: do arcaico ao moderno* — *José Arthur Rios*.

Poder cautelar geral do juiz — Ministro *Sydney Sanches*. A teoria das ações em Pontes de Miranda — *Clóvis do Couto e Silva*.

La necesaria motivación de las resoluciones judiciales — *Antonio Maria Lorca Navarrete*.

A proibição de analogia no direito tributário — *Ricardo Lobo Torres*.

A prescrição da ação penal-econômica perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CAD — *José Inácio Gonzaga Franceschini*.

O futuro do mercado de capitais — *Arnoldo Wald*

Arbitragem internacional. Percalços & entraves — *Marcos A. Raposo*.

Reforma agrária no Brasil — *José Luiz Quadros de Magalhães*.

Da responsabilidade civil do Estado — *Manoel Caetano Ferreira Filho*.

O seguro da responsabilidade civil — *Voltaire Marensi*.

A TVA e o direito de autor — *Carlos Alberto Bittar*.

Evolução histórica do instituto da cessão de contatos — *Antonio da Silva Cabral*.

A atividade pesqueira e suas implicações jurídico-penais — *Licínio Barbosa*.

A iniciativa das leis pelo Tribunal de Contas — *Raimundo de Menezes Vieira*.

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones: 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado — CGA 470775.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 64 PÁGINAS